

**"NOVA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS DIALECTOS GALEGO - PORTUGUESES" in Boletim de Filologia, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116.**

Luís F. Lindley CINTRA

Desde 1893, ano em que o fundador da dialectologia científica em Portugal, José Leite de Vasconcelos, apresentou pela primeira vez o seu *Mapa dialectológico do Continente Português* (1), até hoje, foram feitas, sucessivamente, várias tentativas de classificação dos dialectos portugueses continentais que, revistas criticamente e em conjunto, me parecem permitir, e até aconselhar, a apresentação de uma nova proposta. Esta proposta deverá naturalmente ter em conta o estado presente dos nossos conhecimentos sobre a matéria - não esquecendo que ele é ainda imperfeito, devido principalmente à inexistência do tão desejado e há tanto tempo projectado *Atlas linguístico galego-português* (2) e admitindo desde já que o traçado das fronteiras terá de ser precisado e corrigido com base em investigações futuras. Pode, no entanto, esta tentativa representar um passo em frente em relação às últimas realizadas, ao tomar como base alguns materiais ainda não utilizados com este fim e que são: 1.º: apontamentos tomados durante os inquéritos que efectuei em 1953, em 1954 e em 1956, para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (ALPI) (3); 2.º: observações que fui fazendo no decurso de excursões dialectais efectuadas com alunos da Faculdade de Letras, durante os últimos oito anos (4) ; 3.º: os importantes estudos recentemente publicados sobre dialectologia galega por Alonso Zamora Vicente (5). Pode ainda, do ponto de vista metodológico e pedagógico, oferecer, segundo creio, algumas vantagens, sempre em relação a tentativas anteriores, por corresponder a um esforço por simplificar o quadro de conjunto, evitando, no entanto, naturalmente, cair em qualquer deformação ou visão de algum modo menos verdadeira da realidade analisada. Para alcançar este último objectivo, penso que se impõe partir do pressuposto que, à abundância dos traços tidos em conta como base de uma tentativa deste género, é preferível uma selecção criteriosa dos mais significativos e, mesmo entre eles, o estabelecimento de uma hierarquia. Não há dúvida de que esta selecção e esta hierarquização implicam alguns riscos de apreciação subjectiva. Mas são riscos que me parece indispensável correr e que podem ser consideravelmente diminuídos se o linguista, além da sua sensibilidade e experiência individuais, fizer intervir a sensibilidade de outros membros do grupo socio-linguístico a que pertence - no caso presente, de membros da comunidade linguística portuguesa integrados na «norma-padrão» portuguesa continental. Foi o que procurei fazer, na medida do possível e ao longo de vários anos, ouvindo reacções à proposta que apresentava. As opções que aqui proponho e que a seu tempo procurarei justificar pareceram-me merecer uma aceitação suficientemente ampla para permitir a sua adopção neste estudo.

### **As propostas anteriores**

Como já acima recordei, a mais antiga, tentativa de classificação sistemática dos dialectos portugueses continentais deve-se a Leite de Vasconcelos. No *Mapa Dialectológico do Continente Português*, de 1897, aparece-nos a descrição de «Portugal Dialectológico», precedida por uma «classificação sumária das línguas», feita por Gonçalves Viana, e acompanhada por um mapa, colorido excepto no que se refere a zonas sobre as quais o dialectólogo não possuía ainda então quaisquer informações (6).

A segunda classificação data de 1901 e deve-se também a Leite de Vasconcelos. Encontramo-la na sua *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, tese de doutoramento na

Universidade de Paris (7), ainda hoje a única descrição de conjunto dos dialectos portugueses (muito rica quanto a informações que permaneciam válidas uns cinquenta anos depois de publicadas, como tive oportunidade de o verificar, não sem alguma surpresa, ao percorrer Portugal como inquiridor do ALPI, o que prova como - entre 1900 e pelo menos 1953-54 - os dialectos portugueses só superficialmente estiveram sujeitos à acção de factores «normalizadores» como a escola ou a rádio) (8). Esta segunda classificação, que não coincide com a primeira, apesar de as diferenças não serem muito numerosas, pode encontrar-se nas págs. 28-31 da 1.<sup>a</sup> edição do livro, infelizmente não acompanhada de um mapa (9).

Em 1929, ao reunir e reeditar, no IV volume dos *Opúsculos* diversos trabalhos anteriores, voltou Leite de Vasconcelos a publicar o *Mapa Dialectológico* de 1893-1897, agora a preto, com várias modificações que transformam esta reedição numa espécie de terceira proposta de classificação.

A quarta classificação a mencionar é de Manuel de Paiva Boléo e está fundamentalmente baseada em respostas ao inquérito linguístico por correspondência lançado em 1942 (**ILB**), respostas que, no momento em que foi publicado o mapa, elaborado com a colaboração da sua discípula Maria Helena dos Santos Silva, atingiam o número de cerca de 2000. A publicação desse mapa (já anunciada em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros) (11) fez-se, em 1959, pela primeira vez, no *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, e repetiu-se, a

cores, em forma definitiva e comentada, em 1962, nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (Lisboa, 1959) (12).

Encontra-se, enfim, uma quinta classificação dos dialectos portugueses continentais no capítulo *Estado actual del Portugués en la Península Ibérica*, da *Gramática Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz (2.<sup>a</sup> edição, publicada em 1961) (13). Infelizmente, esta classificação, tal como acontece com a da *Esquisse d'une dialectologie*, não se apresenta acompanhada de qualquer mapa ilustrativo.

Como complemento desta enumeração e porque se trata de um trabalho em que, embora não se encontre uma proposta de classificação geral, aparecem dados úteis e por vezes indispensáveis para a elaboração de qualquer proposta, lembrarei aqui o artigo fundamental publicado, em 1951, por Manuel de Paiva Boléo: *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas* (14). Além disso, poderei apontar a minha comunicação ao I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Bahia, 1956), impressa em 1958 nos respectivos *Anais* (15), sem que o mapa que então apresentei - primeiro esboço do primeiro de aqueles que agora aqui se publicam - tivesse podido ser integrado na publicação. É a par destes estudos que devem ser colocados os já aludidos artigos de A. Zamora Vicente sobre geografia dialectal galega (todos eles acompanhados de utilíssimos mapas de isoglossas) (16).

### **Conteúdo das propostas**

Antes de apresentar a nova proposta, creio que não será supérfluo passar rapidamente em revista as classificações que acabo de mencionar e dedicar a cada uma delas alguns comentários e observações críticas.

a) Leite de Vasconcelos (1893-1897)

O *Mapa Dialectológico* de Leite de Vasconcelos, de 1893-1897, propõe uma classificação bastante simples em «grupos primários, secundários e terciários» a que o autor chama *dialectos, subdialectos e variedades* (17).

No continente português haveria a distinguir:

1) o *dialecto interamnense* («falado na antiga província de Entre-Douro-e-Minho»), em que o próprio mapa (e não o texto) isola: a) o *subdialecto baixo-minhoto*, entre o Minho e o Lima; b) o *subdialecto baixo-minhoto*, entre o Lima e o Douro e até para lá do Tâmega, e, dentro dele, a *variedade do Porto* e a *variedade da Póvoa*; c) o *subdialecto baixo-duriense*, entre o Tâmega e o Corgo.

2) o *dialecto trasmontano* («falado na província de Trás-os-Montes, excepto nos pontos onde se fala o mirandês, o riodonorês e o quadramilês»), em que o mapa distingue: a) o *subdialecto da fronteira*; b) a *linguagem de Macedo e Mogadouro*; c) o *subdialecto alto-duriense*, entre o Corgo e o Tua.

3) o *dialecto beirão* («falado no principado da Beira»), que o mapa divide em: a) *subdialecto da Beira ocidental*; b) *subdialecto alto-beirão*, entre o Douro e o Dão; c) *subdialecto baixo-beirão*; d) *subdialecto de Fundão, Castelo Branco... até Portalegre*.

4) o *dialecto meridional* («falado entre o Mondego e o Guadiana, isto é, nas três províncias do Sul de Portugal» e, ainda, em Olivença), em que o mapa distingue: a) o *subdialecto estremenho* e, dentro dele, a *variedade de Lisboa*; b) o *subdialecto alentejano* e, dentro dele, a *variedade de Ponte de Sor - Avis* e a *variedade de Olivença*; c) o *subdialecto do Algarve*.

À margem desta classificação, considera Leite de Vasconcelos a existência daquilo a que chama *co-dialectos* «isto é, idiomas que, conquanto, pelos seus caracteres gramaticais se avizinhem do português mais que outras quaisquer línguas românicas e lhe sejam em parte ligados na obediência às mesmas leis especiais, não estão contudo numa relação tão íntima com ele, considerado língua literária e nacional, como por exemplo os falares da Beira ou do Algarve» (18). Aplica esta designação indistintamente ao *galego*, ao *mirandês*, ao *riodonorês* e ao *quadramilês*.

Tanto esta noção de *co-dialecto*, como a aplicação que dela faz, são, do ponto de vista da linguística moderna, o que logo aparece como mais antiquado e inaceitável numa classificação em que, como veremos, há muito de bem observado (de melhor observado que em muitas classificações posteriores) e de ainda hoje perfeitamente aceitável.

b) Leite de Vasconcelos (1901)

A classificação dos dialectos galego-portugueses continentais que se encontra em 1901 na *Esquise*, e em que o *galego*, o *mirandês*, o *riodonorês* e o *quadramilês* continuam a ser classificados, em pé de igualdade, como *co-dialectos* do português, coincide, como era de esperar, nos aspectos mais gerais, com a de 1897, mas diverge em alguns pormenores que merece a pena salientar. Não considera, por exemplo, a existência de «variedades» ou subdialectos (ou, pelo menos, não as designa com este nome).

Os *dialectos* são os mesmos:

1) o *dialecto interamnense* subdividido em:

- a. *alto-minhoto*;
- b. *baixo-minhoto*;
- c. *baixo-duriense*.

2. o *dialecto trasmontano*, agora subdividido em:

- a. *raiano*;
- b. *alto-duriense*;
- c. *ocidental e central*.

2. o *dialecto beirão*, em que agora se distinguem apenas:

- a) *alto-beirão*;
- b) *baixo-beirão*;
- c) *ocidental*;

(não se incluindo portanto entre os subdialectos o «do Fundão, Castelo Branco...até Portalegre»);

4) o *dialecto meridional*, dividido, como na primeira classificação, em:

a) *estremenho*;

b) *alentejano*;

c) *algarvio*.

c) Leite de Vasconcelos (1929)

As alterações introduzidas por Leite de Vasconcelos no *Mapa Dialectológico* em 1929, no momento em que o reeditou nos *Opúsculos*, consistiram essencialmente, além de uma tentativa (nem sempre lograda) de maior exactidão no traçado das fronteiras dos quatro dialectos principais:

1) *Interamnense*;

2) *Trasmontano*;

3) *Beirão*;

4) *Meridional*,

na consagração em mapa da não consideração que já observámos na *Esquisse do subdialecto* de «Fundão-Castelo-Branco até Portalegre» e de outras *variedades* dialectais representadas na versão de 1893-1897. No texto do comentário introduziram-se alguns acréscimos que são mais de natureza geográfica que linguística, visto que é das divisões geográficas ou administrativas do país que vemos o autor partir, na maior parte dos casos, para a elas associar a existência de aquilo para que volta a usar o nome de subdialectos. Considera, por exemplo, o «dialecto interamnense» dividido em subdialectos, cada um dos quais ligado a uma das três regiões: Alto-Minho, Baixo-Minho, Baixo-Douro; o «dialecto trasmontano» em subdialectos correspondentes à Raia, Trás-os-Montes Central e Alto Douro; o «beirão» em subdialectos da Beira-Alta, Beira-Baixa e Beira-Mar ou Ocidental; o «meridional» em variedades da Estremadura, Alentejo (por sua vez subdividido em Alto, Central e Baixo) e Algarve (19). Provavelmente por deficiência do desenhador, observa-se no mapa a atribuição aos falares de Riodonor, de Guadramil, de Miranda e de Barrancos de áreas que estão longe de corresponder às reais. Há ainda a notar o inexplicado e inexplicável isolamento de áreas consagradas às variedades de Boticas, Alijó, Felgueiras, Peso da Régua, Aljustrel, Odemira. Mais importante, e sobretudo mais positiva, segundo creio, do que as citadas alterações - que, de um modo geral, prejudicaram, em lugar de aperfeiçoar, o primitivo mapa - é uma leve modificação feita nesta ocasião no próprio texto do artigo. Trata-se da alusão ao *galego* que reflecte, pela primeira vez, no já então idoso mas sempre lúcido dialectólogo, certa insatisfação em relação ao lugar que atribuíra nos seus trabalhos anteriores a esta variedade regional do português e em relação ao termo, realmente impróprio, de *co-dialecto*: «À Galiza - escreve ele - pertence o *galego*, que não é mais que um dialecto português ou, se se quiser, um seu co-dialecto» (20).

d) Paiva Boléo - Maria Helena Santos Silva (1959-1962)

A publicação, depois de um longo intervalo, em 1959 e 1962, do *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal* de Paiva Boléo e de Maria Helena Santos Silva, representa, quanto ao assunto de que nos ocupamos, um momento fundamental de renovação de pontos de vista, com base em

dados completamente novos. Embora discordando em vários aspectos do aproveitamento que se fez desses dados, é justo que comece por louvar o imenso esforço de reunião de materiais e a tentativa corajosa de os sistematizar que deram origem à apresentação deste novo mapa.

Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva começam por se afastar de Leite de Vasconcelos, ao distinguir na sua terminologia *dialectos*, *falares* e *variedades* - termos

que, como é natural, empregam com o significado com que já apareciam em trabalhos anteriores do primeiro signatário do artigo (21). Às variedades regionais do português a que Leite de Vasconcelos dava o nome de *dialectos*, chama Paiva Boléo *falares*, tendo em conta o seu reduzido afastamento entre si e em relação ao português considerado padrão (22). No mapa encontramos designados como *dialectos* somente o *guadramilês*, o *rionorês* e o *mirandês* - isto é, variedades locais não galego-portuguesas, pertencentes, como se sabe, ao domínio leonês, embora faladas em parcelas politicamente portuguesas desse domínio (23)- e, colocado a par deles, bastante inesperadamente, o *barranquenho*, falar caracteristicamente português, alentejano, embora com alguns traços originais devidos à visível e forte influência do dialecto espanhol com que está em contacto (24).

Quanto aos *falares* considerados pelos autores do artigo temos.(25):

1) o *falar minhoto* - que no mapa se subdivide em: a) *alto-minhoto* e, ao longo dele, a *variedade de Riba-Minho*; b) *minhoto central* e, dentro dele, a *variedade de Braga*; c) *minhoto oriental*; d) *baixo-minhoto* e, dentro dele, a *variedade do Porto*;

2) o *falar trasmontano* - subdividido nos «subfalares»; a) *ocidental*; b) *central*; c) *oriental*; d) *baixo trasmontano*;

3) o *falar beirão* -em que se distinguem: a) o *oriental*; b) o *ocidental* e, dentro deste, a *variedade de Sátão*;

4) o *falar do Baixo Vouga e Mondego* - e, no seu interior, as *variedades de Aveiro e dos Campos do Mondego*;

5) o *falar de Castelo Branco e Portalegre* - subdividido nos «subfalares» de: a) *Castelo Branco*; b) *Portalegre*;

6) o *falar meridional* -dentro do qual se destacam: [a) o *estremenho* - esquecido no texto assim como na legenda do mapa]; b) o *alto-alentejano*; c) o *baixo-alentejano*, no interior do qual se isola a *variedade de Almodôvar e Mértola*; d) o *algarvio* (também expressamente classificado como «subfalar»).

Antes de fazer qualquer outra observação, não me parece possível deixar de estranhar, desde já, a ausência total, não tanto no mapa, voluntariamente limitado aos *dialectos e falares de Portugal Continental* (e de que se excluíram, portanto, *a priori*, os *dialectos* ou *falares* portugueses que se falam para além das fronteiras políticas do Portugal europeu), mas no próprio texto do estudo, de qualquer referência às variedades regionais do português faladas em território politicamente espanhol - muito principalmente ao *galego*, idioma nativo de uma região muito vasta, mas também aos *falares* de Alamedilha, Eljas, S. Martín de Trevejo e Valverde del Fresno e ao *falar* de Olivença, cuja reduzida área geográfica não justifica a sua omissão numa consideração cuidada do panorama dialectal português.

Contudo, como aliás os próprios autores logo previram ao escrever: «achamos natural que o critério adoptado (de que é principal responsável o primeiro dos autores deste artigo) se preste a críticas e a possíveis discordâncias por parte de dialectólogos experimentados, de quem esperamos observações construtivas que desde já se agradecem» (26), o que na tentativa de Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva suscita mais dúvidas e me aparece, em vários casos, como inaceitável é a escolha dos traços capazes de servir de base para a delimitação de uma variedade dialectal. «Tiveram... os autores - dizem ainda eles próprios pela pena do primeiro signatário, M. de Paiva Boléo - o cuidado de seleccionar aqueles factos que apresentavam alguma extensão geográfica bem determinada e que, mesmo para as pessoas alheias a estudos filológicos, podiam ser tidos como mais típicos e distintivos». O princípio está absolutamente certo e encontra-se expresso com clareza e precisão. Mas há numerosas ocasiões em que a sua aplicação me parece extremamente discutível.

À acertada preocupação em distinguir: 1) «traços gerais, comuns a uma região», 2) «traços limitados a uma sub-região» e 3) «traços comuns a uma zona limítrofe» (27), não correspondeu igual acerto na escolha e hierarquização dos referidos traços. Os «traços gerais» seleccionados para caracterizar um falar são, na minha opinião, de muito desigual valor distintivo. Por vezes, encontram-se simultaneamente em regiões muito diversas, ao mesmo tempo que nem sempre são, como em alguns casos o revelam os próprios autores, realmente «gerais» na região a caracterizar (28).

Por outro lado, não foram considerados entre esses «traços gerais» alguns cuja relevância é indiscutível e foi reconhecida pelos estudiosos anteriores; entre eles estão algumas características que são sentidas como muito típicas, «mesmo para as pessoas alheias a estudos filológicos», como justificadamente desejam os autores para as características a seleccionar (29). Quanto aos traços «limitados a uma sub-região» e aos «comuns a uma zona limítrofe – traços julgados, portanto, de valor distintivo menor, mas ainda assim capazes de servir para destacar regiões menores - nem sempre os autores encontraram a oportunidade de os indicar no texto do artigo (30) e, quando o fizeram, observamos que muitos deles se reencontram noutras regiões apesar de parecer evidente que, em princípio, este facto deveria ter desaconselhado a sua selecção (31). Aliás, muitas vezes (e é fácil encontrar para este pormenor uma explicação na própria natureza dos materiais do **ILB**, na sua maior parte recolhidos por correspondentes) os traços fonéticos registados pelos autores como particularidades locais encontram-se na realidade em muitas outras regiões (32) além da indicada, e, inversamente, particularidades fonéticas importantes para o isolamento de certas sub-regiões não foram tidas em conta, certamente porque esses correspondentes - naturais do lugar sobre que informavam ou nele residentes há muito e habituados à pronúncia local - não observaram ou não se preocuparam em chamar a atenção sobre características muito sensíveis e aparentes, mas só para observadores de outra origem (33).

e) Pilar Vázquez Cuesta - M. Albertina Mendes da Luz (1961)

Para completar a revisão que temos feito das principais classificações dos dialectos portugueses do Continente até agora propostas, falta apenas lembrar a de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz na sua *Gramática Portuguesa* de 1961. Encontra-se exposta, como atrás ficou dito, em *Estado actual del portugués en la Península Ibérica* (34). Esse capítulo aparece-nos dividido em duas partes, o que parece implicar já um princípio de classificação: a primeira parte trata de «La lengua popular portuguesa» (35), a segunda, de «Los lenguajes fronterizos» (36). Esta última designação abrange indistintamente o *galego*, o *falar de Ermisende*, o *riodonorês*, o *falar de Guadramil*, o *mirandês*, o *sendinês*, o *falar de Alamedilha*, os *falares de S. Martín de Trevejo*, *Eljas* e *Valverde del Fresno*, o *falar de Olivença* e o *falar de Barrancos*.

Logo à primeira vista, surpreende a associação, neste subcapítulo, de realidades tão diversas na sua essência como, por um lado, o *galego* (isolado, aqui também, dos outros falares da faixa ibérica ocidental, possivelmente por causa do emprego da palavra «portuguesa» com valor não estritamente linguístico no título do subcapítulo anterior: «la lengua popular portuguesa»), do mesmo modo que os *falares de Ermisende*, *Alamedilha*, *S. Martín de Trevejo*, *Eljas* e *Valverde*, *Olivença* e *Barrancos* (para ser completa a enumeração, deveriam ainda incluir-se os falares de Herrera de Alcántara e Cedillo, na província de Cáceres) (36 bis), todos eles pertencentes ao sistema galego-português, e, por outro, o *riodonorês*, o *guadramilês*, o *mirandês* e o *sendinês* (que talvez fosse melhor enquadrar no mirandês, apesar das importantes características próprias), todos eles pertencentes ao sistema linguístico leonês. É fácil verificar que se trata, como o põem em evidência as páginas anteriores deste artigo, de uma influência a

distância de Leite de Vasconcelos e da sua enumeração dos que chamou «co-dialectos» portugueses.

No primeiro subcapítulo - os dialectos portugueses situados dentro das fronteiras políticas de Portugal, a que as autoras (visivelmente influenciadas neste aspecto pelos trabalhos de Manuel de Paiva Boléo) preferem chamar sempre «variedades o *falares* 'hablas'», aparecem-nos distribuídos por três «zonas dialectais» (37):

1) o *Norte*: arcaizante, constituído pelas províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes;

2) o *Centro*: formado pelas Beiras e que, como logo dizem as AA., «não é senão uma região de transição»;

3) o *Sul*: constituído pela Estremadura, pelo Ribatejo, pelo Alentejo e pelo Algarve e que inclui, portanto, como também logo notam as AA., a linguagem da capital, Lisboa, que no seu livro consideram como normativa.

No interior do subcapítulo, passam-se em revista cuidadosamente, com base nos trabalhos que as autoras puderam consultar, algumas características diferenciais, agrupadas em fonéticas, morfológicas e sintácticas. Não há uma tentativa de isolamento de regiões menores, dentro das zonas dialectais inicialmente apontadas. Na útil apresentação de factos, feita com uma esclarecida orientação vinda da escola dialectológica espanhola, há apenas a lamentar que a tentativa de ordenação dos traços pelo seu grau de relevância, que se vislumbra no início da «fonética» não tenha sido levada até ao fim, e que a indicação de certos fenómenos, feita, nos estudos utilizados, para algumas localidades e não para outras (onde no entanto também se observam), tenha sido em alguns casos sobrevalorizada (38).

Também me parece dificilmente defensável o isolamento em Portugal de um Centro, em relação a um Norte e a um Sul dialectais: as autoras não indicam na obra - e creio que não poderiam realmente indicar - qualquer conjunto de traços ou até mesmo qualquer traço importante (fonético ou morfosintáctico) que pudesse servir para separar esta zona central simultaneamente da setentrional e da meridional. A distinção feita pelas autoras tem, sem dúvida, uma base mais propriamente geográfica que linguística. O facto de se tratar efectivamente, do ponto de vista dialectal, de uma região de fronteira, de uma zona de transição, não me parece suficiente para justificar o seu isolamento como zona à parte, na ausência de, pelo menos, um traço individualizante que servisse para a delimitar.

### **Nova proposta**

A nova proposta que vou passar a apresentar afasta-se das anteriores, conforme logo de início anunciei, por admitir como necessária uma consciente e voluntária tentativa de simplificação, assente numa selecção prévia e numa hierarquização de um número relativamente pouco elevado de traços fonéticos entre os muitos de que nos podemos servir para caracterizar os dialectos ou falares portugueses. Creio que só assim se pode evitar a imagem confusa que, muito contra as expressas e louváveis intenções dos seus autores, me parece resultar da consideração de um número excessivamente elevado de características, insuficientemente joeiradas e classificadas, no *Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental* de Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva.

Afasta-se ainda das anteriores, incluindo a de Pilar Vázquez Cuesta e de Maria Albertina Mendes da Luz, ao considerar o território linguístico galego-português no seu conjunto, isto é, ao não isolar a Galiza do território politicamente português que a continua geográfica e linguisticamente para o Sul e ao proceder do mesmo modo em relação aos territórios linguisticamente portugueses das províncias de Salamanca,

Cáceres e Badajoz, - não tendo, em compensação, em conta os territórios do distrito de Bragança que, embora politicamente portugueses, pertencem ao domínio linguístico leonês.

Se, conforme proponho, para a subdivisão - dialectal da faixa linguística galego-portuguesa (cuja fronteira com os -dialectos leoneses e castelhanos deve ser traçada, como há muito - em *El dialecto leonés*, 1906 - o propôs Menéndez Pidal e se fez no mapa do Atlas Linguístico da Península Ibérica, com base na ditongação ou não ditongação de *e* [breve], e *o* [breve] tónicos latinos), partirmos apenas dos traços que são verdadeiramente relevantes no consenso de um número suficientemente elevado e representativo de pessoas «mesmo alheias a estudos filológicos», de acordo com o desejo expresso por Manuel de Paiva Boléo (39), creio que seremos levados de início a considerar nela apenas a existência de três grandes zonas ocupadas por três grupos de dialectos (40):

- 1) os *dialectos galegos*;
- 2) os *dialectos portugueses setentrionais*;
- 3) os *dialectos portugueses centro-meridionais*.

Esta divisão está - em forma mais ou menos definida - na consciência de todos os falantes portugueses medianamente cultos e mesmo na de muitos não cultos. Distinguem perfeitamente, pelo modo de falar, um homem do Norte (tratando-se naturalmente de um daqueles que conservam a maioria, se não a totalidade, dos traços que caracterizam o falar próprio da região onde nasceu), de um homem do Sul. De ambos distinguem ainda perfeitamente um Galego (que compreendem quando fala o seu dialecto, mas em cuja linguagem não vêem normalmente, a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística, uma variedade do português, apenas porque a consciência da separação política os impede de sentir «linguisticamente» da forma que seria a mais normal). Quando consideram o território em conjunto, não vão além desta divisão em três partes. Contudo, tendo em conta traços especiais, já reconhecem, em certos casos, que um indivíduo «deve ser do Porto», ou «deve ser minhoto», que «deve ser de Castelo Branco» ou «da Beira-Baixa», ou, ainda, que «deve ser alentejano» ou «deve ser algarvio» (referindo-se principalmente neste caso aos originários do ocidente do Algarve).

### **Traços fonéticos diferenciadores**

Ora, o reconhecimento da existência de *dialectos portugueses setentrionais*, por oposição a *dialectos portugueses centro-meridionais ou meridionais*, ou, se se preferir, de um *grupo de dialectos do Norte* e de um *grupo de dialectos do Sul*, e o isolamento, em relação a uns e outros, do *galego*, vem da existência de certo número de traços fonéticos, *fortemente* caracterizadores e como tais sentidos pela maioria dos falantes. Com muita clareza o viu e apontou Paiva Boléo, no que se refere à distinção entre um «Norte» e um «Sul» em Portugal, no seu artigo *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*, de 1951, e pena foi que não adoptasse no seu Mapa de 1959-1962, como ponto de partida, as bases que estabelecia nesse artigo (41).

Quais os traços que, sem hesitação ou quase sem ela, um português do Sul (ou um falante da língua-padrão que nestes casos acompanha os dialectos centro-meridionais) reconhecerá como característicos de um português do Norte?

Parece-me poder enumerá-los do modo seguinte:

1.º) a «troca do *b* pelo *v*», como é hábito dizer-se - ou, para empregar um modo de descrever mais correcto: o desaparecimento da oposição fonológica entre os fonemas /v/ e /b/ e a sua fusão num fonema único /b/, realizado ora como oclusiva, ora como fricativa (ou espirante) *b* ou *b*.



2.º) a «pronúncia do *s* como *x* ou como *j*» - isto é, em termos cientificamente correctos: a realização do fonema /s/ e do seu correlativo sonoro /z/, como fricativas áptico-alveolares, mais ou menos palatalizadas (é a variante mais palatalizada que é vulgarmente conhecida pelo nome de *s* beirão).

3.º) a «pronúncia do *ch* como *tx* ou *tch*» -ou, também descrito com mais rigor: a permanência da distinção fonológica em posição inicial de sílaba entre o fonema /tʃ/, representado pelo grafema *ch* e o fonema /S/ representado pelo grafema *x*.

4.º) a «pronúncia de *ou* como *o-u* ou *à-u*», isto é como ditongos, ou, mais precisamente, a conservação do ditongo /ou/, nas suas diversas realizações possíveis, correspondendo à grafia tradicional *ou*, mantida na ortografia oficial.

Por outro lado, um português do Norte -e, neste caso também um falante da língua-padrão que, neste outro aspecto, não acompanha os dialectos centro-meridionais - não terá dificuldade em reconhecer como um dos traços mais típicos da fala de um português do Sul, uma característica:

5.º) a «passagem de *ei* a *ê*» ou, dito mais exactamente, a monotongação do ditongo *ei*, que se conserva na grafia oficial e na língua falada padrão, embora, nesta última, se realize como [6j].

Vale a pena acrescentar, no que se refere aos primeiros quatro traços, apontados como típicos da pronúncia nortenha para um homem do Sul, que os falantes do Norte se mostram perfeitamente conscientes das divergências que os opõem aos meridionais no que diz respeito aos traços 1.º (/v/ > /b/) e 3.º (/tʃ/ e não /S/, o que é sentido não só como setentrional mas também como rústico); têm muito menos consciência do que caracteriza o seu dialecto no que respeita aos traços 2.º (natureza do /s/) e 4.º (conservação do ditongo /ou/).

Quanto aos traços mais característicos do galego, quer para um português do Sul, quer para um do Norte, parece-me não errar ao afirmar que são:

6.º a «pronúncia de *j* ou *g*<sup>e.i</sup> como *x* e a de *z* como *s*», ou, dito com rigor científico: a inexistência, no sistema de fricativas do galego, das oposições entre fricativa palatal surda e sonora (como consequência da passagem, em certo momento do passado, da sonora a surda, de /Z/ a /S/ assim como de /z/ a /s/, hoje transformado, em parte do território, em /T/, e de /z\_ª/ a /s\_ª/, hoje também, em parte do território, transformado num /s/ que, nas zonas em que [s] não evoluiu para [T], se identifica com o resultado do ensurdecimento de /z/).

7.º) a pronúncia das vogais átonas - muito variável e, até hoje, geograficamente mal estudada e descrita, mas tendo como característica diferencial comum, perante a das portuguesas correspondentes de todas as regiões, o seu menor fechamento e grau de redução.

Antes de passar adiante, desejo fazer notar que todos os traços que aponteí, menos o último e (mais surpreendentemente, visto que o 4.º não escapou à sua atenção) o 5.º, coincidem com traços já em 1901 apontados por Leite de Vasconcelos como particularmente relevantes para uma classificação dos dialectos portugueses que fosse mais baseada em factos linguísticos do que aquela que ele próprio propunha e que reconhecia como principalmente fundamentada na geografia (42). A par deles menciona vários outros fenómenos também relevantes, mas a que, por distinguirem áreas menores, dentro das maiores que os primeiros permitem caracterizar, só mais adiante me parece oportuno aludir.

Além de Leite de Vasconcelos, também Paiva Boléo seleccionou três destes traços o 1.º, o 3.º e o 5.º (ao lado de dois outros que se me afiguram de muito menor importância para uma caracterização de dialectos ou grupos de dialectos: *ui* por *u* em *chuiva* e *g* por *c* em *gacho*), como objecto dos primeiros traçados de isófonas que se

fizeram com base nos materiais do ILB (43). Quanto ao 2.º, também não o esqueceu numa alusão feita, no trabalho a que me estou a reportar, à necessidade de se traçarem «as fronteiras de alguns fenómenos fonéticos, p. ex., do *ch* e do *tch*, do *s* e do *z* normais, do *s* e *z* beirões, do *v* e do *b*, etc.» citando a propósito um pedido de informação de Ramón Menéndez Pidal (44), aliás unicamente referente a este traço. A alusão reproduz um passo do artigo anterior: *O interesse científico da linguagem popular*, publicado em Dezembro de 1942 na *Revista de Portugal*.

### **Fronteiras entre grupos de dialectos**

Seleccionados os traços fonéticos relevantes que nos permitem delimitar grandes zonas, correspondentes aos principais grupos de dialectos a distinguir no território linguístico galego-português e que, como logo no princípio indiquei, nos conduzem a uma divisão em três: *galego*, *português setentrional* e *português centro-meridional*, precisamos, naturalmente, de indicar por onde passam as fronteiras entre estas três unidades.

Levanta-se-nos, neste ponto, um problema que, nem pelo facto de ser corrente em casos semelhantes, é de menos difícil solução. Se o estabelecimento da fronteira entre o galego e o português setentrional não parece oferecer dificuldades de maior, dada a coincidência quase perfeita das isófonas correspondentes aos vários fenómenos reunidos no traço 6.º (que são sem dúvida os mais claramente diferenciadores e individualizadores desses grupos de dialectos) - coincidência entre si e com a fronteira política - já as isófonas correspondentes aos vários traços que separam o grupo português setentrional do grupo português centro-meridional estão longe de coincidir ou de se sobrepor. Pelo contrário, cruzam-se seguindo traçados bastante diversos, embora sempre dentro de uma região que, a não ser em alguns casos, nos extremos oriental e ocidental, é limitada pelos rios Douro, ao Norte, e Tejo, ao Sul. Foi o que, em 1951, observou Paiva Boléo quando afirmou: «Em qualquer dos mapas apresentados se desenha nitidamente um «norte» e um «sul». Mas quando abstraímos dos casos particulares aqui estudados e nos queremos elevar ao plano geral, toma-se muito difícil estabelecer, sob o aspecto linguístico, onde acaba o norte e começa o sul» (45). Foi também certamente esta dificuldade que levou Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, como atrás fiz notar, a considerar a zona intermediária entre o Norte e o Sul como um Centro, independente de qualquer delas. A mesma solução já admitira tardia e incidentalmente Leite de Vasconcelos, num passo bastante esquecido do vol. III da sua *Etnografia Portuguesa*, publicado em 1941, pouco antes da sua morte. Estendia nele à dialectologia a divisão que no vol. II admitira «para efeito etnográfico», em Norte (Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes), Centro (Beira) e Sul (Estremadura, Alentejo e Algarve)» (46).

É ainda perante a dificuldade do traçado de uma fronteira que nos coloca o primeiro dos mapas que acompanham este artigo, mapa em que se desenharam as isófonas correspondentes a todos os traços até agora mencionados. Foi elaborado com base nos materiais que recolhi para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* em 1953 e 1954. No que se refere aos fenómenos já estudados por Paiva Boléo, o traçado destas isófonas afasta-se num ou noutro caso - mas não de forma muito sensível - do que se observa nos mapas que ilustram o seu artigo de 1951, com certeza em parte porque tem em conta, não a distribuição do fenómeno tal como se deduz de 3 ou 4 ou apenas 1 exemplo, como nos mapas 4, 8 e 5 de Paiva Boléo, mas, tanto quanto possível, a situação do ponto inquirido no que diz respeito ao traço escolhido, quando consideradas no seu conjunto as respostas obtidas e que interessavam ao objectivo em vista; baseei-me para isso numa espécie de balanço geral fonético do ponto investigado, a que

procedi depois de preenchido cada questionário e enquanto dispus dos cadernos utilizados, depois enviados para Madrid.

Como proceder num caso como o presente? Ao caminho seguido pelas autoras de a *Gramática Portuguesa*, prefiro (pela razão já atrás apontada - ausência de traços que oponham o Centro ao Norte e ao Sul) aquele que sugere, ao propor uma classificação geral dos dialectos catalães, Antonio Badía Margarit, na sua *Gramática Histórica Catalana*, publicada em Barcelona em 1951. Escreve Antonio Badía. «El punto crítico de la división de un dominio en dialectos es el establecimiento del criterio según el cual se realiza esta división; lo mejor es adoptar un solo rasgo distintivo pero muy significativo» (47).

Simplesmente, enquanto, no que se refere aos dialectos catalães, foi possível ao autor citado partir de um único traço diferenciador e, utilizando-o, distinguir os três grupos - os seis dialectos - e agrupá-los em duas grandes áreas (ocidental e oriental), para o território linguístico galego-português uma solução totalmente paralela não me parece possível. Temos, primeiro, de escolher, de entre os vários traços relevantes já apontados, um, realmente «muito significativo», a que, por convenção, mas evidentemente com alguma justificação, daremos a nossa preferência para a delimitação das grandes áreas e, depois, destacar alguns outros - diversos do primeiro - para o isolamento de áreas menores no interior das primeiras.

Ora, depois de alguma hesitação entre os traços 1.º e 2.º creio poder afirmar que, dos traços principais enumerados, nenhum oferece mais vantagens para servir de base ao traçado da fronteira entre dialectos portugueses setentrionais e meridionais do que aquele que mencionei em 2.º lugar, ou seja a realização da sibilante correspondente aos grafemas *s* e *ss* como ápicopalveolar ao Norte, como predorsodental ao Sul.

Em apoio desta escolha, creio poder apresentar os argumentos seguintes:

a) Apesar de existirem ao norte do Douro, especialmente na costa minhota e galega, e no interior de Trás-os-Montes, certas ilhotas (ou mesmo zonas de alguma extensão) de *s* de tipo predorsodental (correspondendo aos grafemas *s* e *ss*) (48), é possível traçar uma linha limite sul do *s* ápicopalveolar que, ao contrário de várias outras das isófonas consideradas (incluindo a de *v/b*), não ultrapassa em qualquer das suas extremidades nem o curso do rio Douro nem o do rio Tejo.

b) Esta linha limite está relacionada com a que, sem hesitação, podemos e devemos adoptar como a que separa o galego do português setentrional. Refiro-me à linha limite sul de um ensurdecimento das fricativas que dá origem ao desaparecimento de determinado sistema de sibilantes (em que deixou de haver a distinção com base na presença ou ausência de sonoridade). Não existe esta relação com nenhum outro dos traços diferenciais entre português do Norte e português do Sul (o galego, no que lhes diz respeito, coincide sempre, sem qualquer excepção, com os dialectos portugueses setentrionais).

c) A diferença entre os dois tipos de *s* tem particular importância na dialectologia ibérica, já que nela se faz assentar, com perfeito acordo de todos os linguistas e dialectólogos que do assunto se têm ocupado, a distinção entre dialectos castelhanos setentrionais e centrais e dialectos andaluzes (castelhanos meridionais) (49).

Se admitirmos as bases que acabo de propor, teremos a faixa linguística galego-portuguesa dividida em três zonas principais cujas fronteiras se podem descrever do seguinte modo:

a) entre os dialectos galegos e os portugueses setentrionais, o limite é uma linha que acompanha o curso do rio Minho desde a sua foz em Caminha até um pouco acima de Melgaço, de aí inflecte para Sul acompanhando a fronteira política entre a Espanha e Portugal até ao Lindoso e à Portela do Homem, de onde volta a inflectir, agora para

leste, acompanhando sempre a mesma fronteira ao longo de toda a raia seca transmontana até que, ultrapassada a serra de Montezinho atinge o seu fim, visto que também aqui acaba, ao norte da fronteira política, a área galega para começar a do dialecto leonês. O que a prolonga é o limite (linguístico e já não dialectal) que separa os dialectos portugueses transmontanos dos dialectos leoneses das aldeias de Riodonor e Guadramil, ao sul da fronteira política. Passadas estas aldeias, a fronteira que encontramos continua a separar, não dialectos do galego-português, mas dialectos portugueses setentrionais de dialectos leoneses muito castelhanizados (50);

b) entre os dialectos portugueses setentrionais e os dialectos centro-meridionais: uma linha que parte, a oeste, da região da Ria de Aveiro, próximo da foz do rio Vouga, desce de aí em direcção ao rio Mondego que atravessa a montante de Coimbra mas ao sul do Caramulo, de Seia e de S. Romão, de aí caminha em direcção ao rio Zêzere, contornando pelo Sul os maciços mais altos da Serra da Estrela, que, na sua parte meridional, não parece contribuir para a formação de qualquer limite linguístico importante, atravessa o referido rio a jusante de Ourondo e segue em direcção a leste, ao Sul da Serra da Gardunha, até atingir a fronteira política, depois de deixar, a Norte, Monsanto e, a Sul, Alcains, a própria cidade de Castelo Branco e todas as povoações do Sul do distrito como, por exemplo, o Rosmaninhal (51).

### **Subdivisão dos grandes grupos**

Feita esta primeira delimitação, impõe-se passar a uma segunda: dentro de cada grupo de dialectos, separar, se possível, unidades menores que apesar de divergências internas se caracterizem por algum ou alguns fenómenos comuns.

Apesar das vantagens evidentes em distinguir dentro de unidades da extensão do galego, do português setentrional e do português meridional, estas unidades menores, não me parece, no entanto, nem muito possível (se adoptarmos uma base estritamente linguística) nem muito conveniente ir longe de mais nesta direcção.

São deste modo as seguintes, as únicas subdivisões, assentes na existência de pelo menos um traço relevante comum, que a consideração dos factos conhecidos me sugerem:

#### **A) Galego :**

Dentro do conjunto dos dialectos galegos, parece-me admissível distinguir um grupo de *dialectos galegos ocidentais* de um grupo de *dialectos galegos orientais*, ou seja, uma *zona galega ocidental* de uma *zona galega oriental*. A separação assenta fundamentalmente na existência a ocidente, inexistência a oriente de uma linha de fronteira que segue quase perfeitamente a direcção Norte-Sul, de um traço fonético profundamente caracterizador e como tal geralmente reconhecido na própria Galiza: a chamada «geada», ou seja, a passagem da oclusiva velar sonora a fricativa velar surda ([*xaita*] por *gaita*; [*ixual*] por *igual*; [*xalexo*] por *galego*). A linha de fronteira, tal como a estabeleceu A. Zamora Vicente no seu estudo sobre este fenómeno, pode descrever-se da seguinte maneira: a partir do Cantábrico, começa entre as aldeias de Vivero (com *geada*) e Riobarba (sem *geada* ou só com vestígios); de aí para o sul, deixa, do lado da *geada*, Puentes de García Rodríguez, por oposição a Muras, Trasparga, por oposição a Germade; Guitiriz e Curtis apresentam só resíduos do fenómeno, quase geral na província da Corunha; a fronteira passa mais adiante entre Palas de Rey (zona de *geada*) e Guntín (zona de conservação da oclusiva sonora). Toda a província de Pontevedra pronuncia [x] por [g]. Na parte sul de Lugo, Carballedo está a oeste da fronteira, Chantada a leste. Na província de Orense, o limite não é fácil de traçar, dada a existência de muitas hesitações e de certa intenção de ocultar o fenómeno em pontos em que a *geada* existe. Pôde no entanto A. Zamora afirmar que Amoeiro (com excepções

nas montanhas) fica na zona de *g* conservado, por oposição a Nogueira; Parada de Sil e Castro Caldelas estão a leste da fronteira, na zona de conservação de *g*, ao passo que no povo da cidade de Orense o fenómeno aparece, bem como em todo o vale do Minho em direcção ao mar (Cortegada, Arnoya, Leiro, Carllele, Castrelo, Filgueira). Entre Orense e a fronteira portuguesa, o limite acompanha a Serra de S. Mamede (La Limia ficando na zona de *geada*) e acaba, junto da raia, entre Riós (com *geada*) e La Gudiña (sem *geada*). É preciso, além disso, assinalar a existência de *geada* numa ilha em torno do monte Cebreiro (Piedrafita, Nogales, Cervantes) (52).

B) *Português setentrional:*

Dentro da zona ocupada pelos dialectos portugueses setentrionais, têm-se habitualmente e partindo, no fundo, da geografia ou das divisões administrativas, distinguido os dialectos transmontanos, os «interamnenses» (ou de Entre Douro e Minho) e parte dos beirões. Esta subdivisão não me parece de forma alguma assente em traços linguísticos: há uma afinidade evidente, para quem conhece uns e outros, por um lado, entre os dialectos do Minho montanhoso e interior e os de Trás-os-Montes e, por outro, entre os do Baixo-Minho, os do Douro Litoral e parte dos da Beira Alta. Além disso, existe uma zona - o Baixo-Minho e parte do Douro Litoral - que tem no aspecto fonético uma personalidade muito vincada e se afasta nitidamente do conjunto a que, no entanto, pertence se tivermos em conta os traços fundamentais.

Partindo, como sempre, de traços fonéticos relevantes, creio que poderei começar por propor, como correspondendo melhor a esta visão de conjunto, a distinção entre um grupo de *dialectos do Alto-Minho e de Trás-os-Montes* e um grupo de *dialectos do Baixo-Minho, do Douro e da Beira Alta* (ou, se se quiser, um grupo *transmontano-alto-minhoto* e um grupo *baixo-minhoto-duriense-beirão*). A unir os primeiros dialectos temos um traço fundamental: a existência de um sistema de quatro sibilantes - [s<sup>a</sup>] e [z<sup>a</sup>] ápticoalveolares (correspondentes aos grafemas *s* e *ss*), característicos de todos os falares setentrionais, opondo-se a e convivendo com o [s] e o [z] predorsodentais (correspondentes aos grafemas *c<sup>e,i</sup>*, *ç* e *z*). Isto é, considerados os factos diacronicamente, a conservação do sistema de sibilantes mais antigo, de aquele que está na base de todos os outros que encontramos no território galego-português. Nos segundos, o sistema de quatro sibilantes aparece-nos por toda a parte reduzido a um sistema de duas, as ápticoalveolares, características dos dialectos setentrionais (devido, evidentemente, do ponto de vista diacrónico, ao desaparecimento, em benefício das ápticoalveolares, da oposição entre [s<sup>a</sup>] e [s], [z<sup>a</sup>] e [z]). A fronteira entre os dois grupos de dialectos setentrionais, segundo os dados do ALPI, parte de um ponto que podemos situar aproximadamente a meio da parte do rio Minho que serve de fronteira política, deixando a leste Paredes de Coura, a oeste Caminha, desce de aí em direcção ao Lima que atravessa próximo de Arcos de Valdevez, de aí inflecte para oriente, passando ao norte de Salamonde, a Sul do Gerês e do Barroso, desce em direcção ao Douro, a leste das serras do Alvão e do Marão e paralelamente ao rio Corgo, acompanha o Douro pela margem direita até Vila Nova de Fozcoa e, deixando esta povoação a oeste, atravessa o rio, para acompanhar parte do curso do Coa, até atingir a fronteira política, um pouco ao norte da Guarda (53).

A forte personalidade linguística, a que atrás aludi, da região do Baixo-Minho e Douro Litoral (que tem como centro urbano mais importante - o Porto) aconselha a que, neste caso, a isolemos, embora dentro do grupo *baixo-minhoto-duriense-beirão* como zona bem individualizada, tomando como base para esse isolamento, por exemplo, a ditongação, tão caracterizadora, das vogais tónicas fechadas [e] em [je], [o] em [wo] (por vezes [w6]). Poderemos chamar-lhe a *variedade do Baixo-Minho e Douro Litoral*.

O mapa anexo a este artigo procura delimitá-la em traços gerais (apesar da insuficiência, em casos como este, dos materiais do ALPI para uma delimitação rigorosa) (54).

C) *Português centro-meridional:*

Desde Leite de Vasconcelos que se insiste na menor diferenciação interior existente dentro da zona ocupada pelos dialectos portugueses centro-meridionais. No entanto, e sempre com base na geografia e nas divisões administrativas, tem-se proposto uma distinção entre dialectos estremenhos, alentejanos e algarvios. Ora, também neste caso, para quem conheça directamente as variedades linguísticas faladas neste extenso território, é evidente que, se há talvez uma razão para separar os falares do litoral central dos da Beira-Baixa e do Alentejo, já nenhuma existe para separar os do Alentejo dos do Algarve oriental. Além disso, há duas zonas dialectais com forte personalidade própria, como aquela cuja existência há pouco assinalávamos dentro da zona dos dialectos setentrionais, zonas em que, aos traços comuns ao grupo maior, se vêm sobrepor alguns outros profundamente individualizadores: refiro-me, em primeiro lugar, à zona, já destacada do conjunto por Leite de Vasconcelos em 1893-97, mas não em 1901, e novamente salientada, em 1959-62, por Paiva Boléo, e que é formada pela Beira-Baixa e pelo Alto-Alentejo, e também a outra, muito menos vezes isolada dos falares vizinhos, mas com igual número de razões para o ser: a região do Barlavento algarvio.

Procurando que a esta impressão de conjunto corresponda uma subdivisão linguisticamente fundamentada, poderemos talvez admitir a separação de um grupo de *dialectos do centro-litoral (estremenho-beirões)* e de um grupo *ribatejano-baixo-beirão-alentejano-algarvio* ou do *centro-interior e sul*, servindo-nos, para estabelecer o limite entre ambos, a partir da fronteira dos dialectos setentrionais com os meridionais, a isófona correspondente à monotongação do ditongo *ei*, que acompanha quase paralelamente o curso do Tejo, alguns quilómetros ao norte do rio. Esta isófona, ao norte de Lisboa e já ao sul de Torres Vedras, inflecte para o Norte ao longo da costa e deixa integradas na zona dos dialectos do centro-interior e do sul as variedades regionais dos arredores da capital e dum sector da costa atlântica que vai até ao norte de Peniche - o que me parece justificar-se perfeitamente, se tivermos em conta as características gerais, acentuadamente meridionais, desses dialectos (55).

Num segundo passo, destacaremos, no grande conjunto formado pelos dialectos que vão da Beira-Baixa e do Ribatejo até ao Algarve, antes de mais nada, a *variedade da Beira-Baixa e Alto-Alentejo*, correspondendo,) a uma região que tem como principais núcleos urbanos Castelo-Branco e Portalegre e cujos dialectos se caracterizam por uma profunda alteração de timbre de todo o sistema vocálico, principalmente do tónico. Como isófona que possa marcar o limite da zona, parece-me preferível escolher, a da palatalização, em maior ou menor grau, da vogal tónica *u*. Obteremos assim, sempre com base nos materiais do ALPI, a região dialectal assinalada no mapa (e que, como se pode observar, ultrapassa um pouco, a norte, o limite escolhido entre dialectos setentrionais e meridionais) (56). Dentro desta região também se observa a palatalização, mais ou menos acentuada, conforme as localidades e os falantes, do *a* tónico, quando em contacto com consoante ou semi-vogal palatal ou quando, na sílaba anterior, se encontra ou encontrou uma das vogais ou semi-vogais, átonas *i* ou *u* (57), a labialização do [e] e do [E] e a maior ou menor palatalização do [o], proveniente do antigo ditongo *ou*, ou, directamente, do antigo [ow].

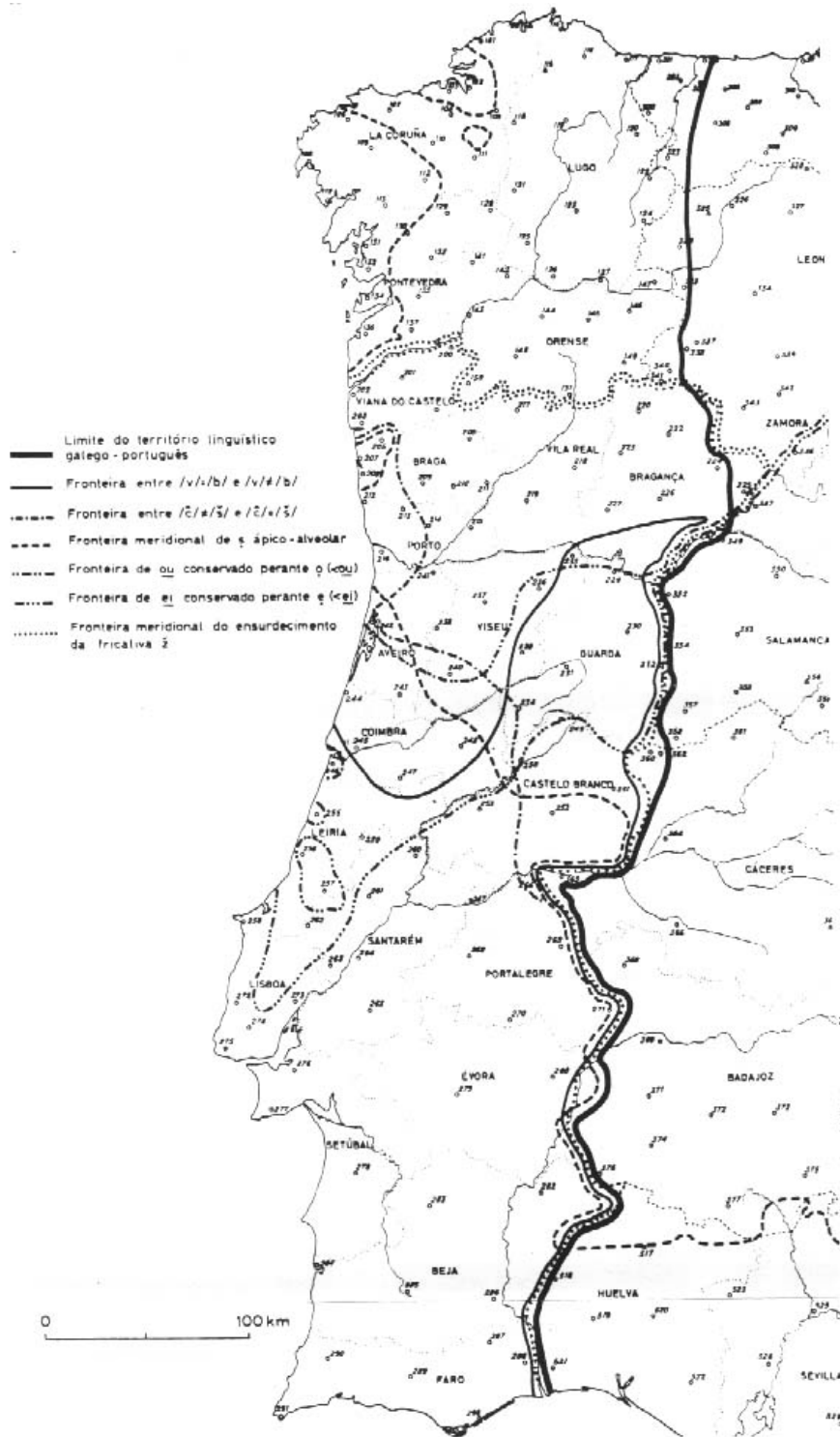
Todos estes traços alcançam um máximo de clareza e uma quase regularidade no centro da zona e esbatem-se gradualmente nos seus extremos, onde, sem dúvida, o traço que permanece mais perceptível é a alteração do timbre do *u* (apesar de muito menos acentuada que no centro) (58).

Dentro do mesmo grande conjunto centro-meridional, é ainda indispensável isolar a *variedade dialectal*, muito menos extensa, do *ocidente algarvio*, ou se se preferir chamar-lhe assim, do *Barlavento do Algarve*. Apresenta algumas analogias (que talvez diacronicamente tenham alguma justificação) com a anteriormente assinalada e a zona correspondente também pode ser delimitada utilizando-se a isófona correspondente à palatalização, em grau maior ou menor, do *u* tónico, certamente a particularidade que mais chama a atenção do não-linguista. O resultado será - com base nos dados disponíveis - o isolamento da área assinalada no mapa que acompanha este trabalho e que, como nele vemos, não ultrapassa Monchique ao Norte, nem Alvor a ocidente (59). Mas também aqui se trata, não da alteração de timbre de uma vogal isolada, mas sim, da de todo o sistema das vogais tónicas. Simplesmente, neste caso, a alteração dá-se noutra sentido: o [a] tónico, sem que até hoje tenha sido apontado um condicionamento especial, sofre unia velarização, em vários graus, que o aproxima de [O] ; o [O] tende a fechar-se em o [o], por sua vez, tende para [u] (que não se confunde com *u* tónico primitivo, visto este, como dissemos, se apresentar palatalizado em [y]. Por seu lado, as palatais [e] e [E] tendem a abrir-se, respectivamente, o [e] em [E] e o [E] num *e* duplamente aberto, muito próximo de [a] (que não se confunde com o *a* primitivo por este aparecer sempre mais ou menos velarizado). Trata-se, como é evidente, de uma verdadeira «reacção em cadeia» que envolve o conjunto do sistema, mas de que o resultado mais claro e permanente é, no entanto, a palatalização da lábio-velar [u] em [y] (60).

Com a referência a esta segunda região, bem individualizada, dentro dos dialectos centro-meridionais, encerrarei a minha proposta. Como várias vezes o declarei atrás, não creio conveniente ir mais longe numa classificação de conjunto. Tal como se encontra exposta nas páginas anteriores, a apresentação que fiz do panorama dialectal galego-português tem em conta, segundo me parece, a maioria dos traços diferenciadores verdadeiramente relevantes.

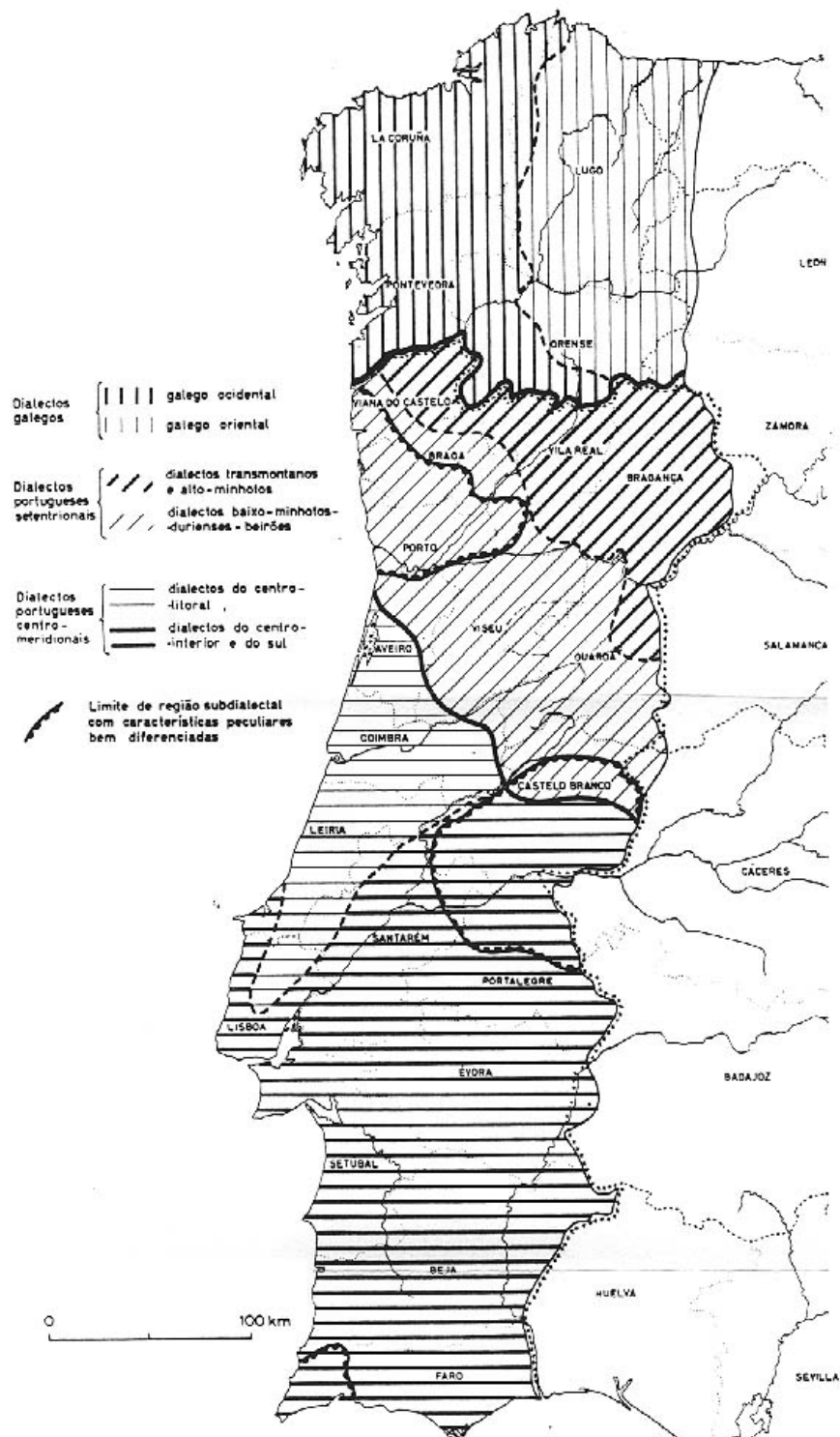
Para concluir, vem a propósito sublinhar que os traços que Leite de Vasconcelos destacou em algumas das páginas atrás citadas da *Esquisse d'une Dialectologie* e que não cheguei a considerar na divisão em grandes espaços dialectais, o foram na subdivisão seguinte (*é* por *a*, *ü*, *uô* [por *ô*] e *iê* por *ê*, «ç-z a par de s-f» [ou seja, «s-z a par de s<sup>a</sup>-z<sup>a</sup>»]) (61). Só não retive - simplesmente por não me ser possível delimitar com rigor as áreas correspondentes - *õu* por *õ* (final) e a característica morfológica: perfeitos em *-i* de verbos em *-ar* (embora me pareça possível, sem grande risco de erro, afirmar que os limites do primeiro traço se aproximam bastante dos que ficam apontados para a *variedade dialectal baixo-minhota e duriense* e os do segundo, dos limites dos *dialectos ribatejanos-baixo-beirões-alentejanos e algarvios*).

Lisboa, Novembro de 1970.



Mapa 1 - Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialectos galego-portugueses





Mapa 2 - Classificação dos dialectos galego-portugueses

## NOTAS

(1) A data citada é, não a da publicação do *Mapa Dialectológico* como opúsculo independente e assim intitulado, publicação que só se fez em 1897, mas a do aparecimento do mesmo mapa, com o título de «Carta dialectológica do Continente Português» em Ferreira-Deusdado, *Corografia de Portugal*, 1.<sup>a</sup> edição, (Guillard, Aillaud & C.<sup>a</sup>), Lisboa, 1893, junto da pg. 16. É este um facto pouco conhecido, mas que em boa hora foi recordado por Manuel de Paiva Boléo no artigo o «*Mapa dos*

*Dialectos e Falares de Portugal Continental*», a que mais adiante me refiro, publicado nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica (=Boletim de Filologia, XX (1961) [publ. em 1962], pgs. 91-92, n. 15)*.

(2) Incluído pela primeira direcção do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa entre os trabalhos que este recém-criado instituto de investigação se propunha realizar prioritariamente e como tal mencionado no fascículo 1 do tomo I do seu *Boletim de Filologia*, publicado em 1932, proclamado como objectivo final de vários dos seus empreendimentos pelo Professor Manuel de Paiva Boléo, a cujos persistentes esforços no sentido de que a obra se viesse a efectivar é preciso prestar homenagem, planeado, nas suas linhas gerais, pelo referido Professor, por José Gonçalo Herculano de Carvalho e por Luís F. Lindley Cintra em 1957, no texto do *Projecto do Atlas Etnográfico-Linguístico de Portugal e da Galiza* que nesse ano leram no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e foi impresso nas *Actas*, vol. II, Lisboa 1960, pgs. 413-417, só muito recentemente (em Maio de 1970), circunstâncias favoráveis permitiram que um pequeno grupo de trabalho iniciasse, sob a orientação do último signatário do *Projecto*, os indispensáveis trabalhos preparatórios, devendo as colheitas de material no campo começar durante o ano de 1971.

(3) Sobre essas campanhas de recolha de materiais, infelizmente na sua maior parte ainda inéditos, visto que apenas se publicou até hoje o primeiro volume do *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, veja-se, sobretudo, Luís F. Lindley Cintra, *Enquêtes au Portugal pour l'Atlas Linguistique de la Péninsule Ibérique*, em *Orbis*, III, 1954, pgs. 417-418, Manuel Sanchis Guarner, L. Rodríguez Castellano, Anibal Otero e L. F. Lindley Cintra, *El Atlas Lingüístico de la Península Ibérica (ALPI). Trabajos, problemas y métodos em Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica (1959) (= Boletim de Filologia, XX, 1961, pgs. 113-120)* e, ainda, Manuel Sanchis Guarner, *La cartografía lingüística en la actualidad y el Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, 1953, 74 pgs. Com base em notas que durante as excursões fui tomando para meu próprio uso, publiquei entretanto alguns trabalhos: *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica em Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro* (Bahia, 1956), Rio de Janeiro 1958, pgs. 186-195 (comunicação cujo verdadeiro título, substituído pelos editores, era: *Trabalhos realizados em Portugal para o ALPI: seu interesse para a dialectologia brasileira*, o que corresponde mais exactamente ao seu conteúdo»; *une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais em Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica (1959), III (= Boletim de Filologia, XX, 1961 [1962], pgs. 31-39)* (acompanhado de 3 mapas); e *Áreas lexicais no território português* (ilustrado por 8 mapas) em *Boletim de Filologia, XX, 1961 [1962], pgs. 273-307* (a respeito do qual, v. Orlando Ribeiro, *A propósito de áreas lexicais no território português (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento)* no mesmo *Boletim*, XXI, 1962 [1965], pgs. 177-205.

(4) Realizaram-se seis excursões deste tipo entre 1962 e 1968. Percorreram em vários sentidos todas as províncias continentais portuguesas. Durante estas excursões fizeram-se inquéritos breves que foram na sua maior parte gravados; as fitas correspondentes constituem o pequeno núcleo do *Arquivo dos Dialectos e Falares Portugueses* existente no Instituto de Fonética da Faculdade de Letras de Lisboa.

(5) Estudos, como se sabe, baseados tanto em recolhas indirectas como em dados colhidos no campo pelo próprio autor. Vejam-se Alonso Zamora Vicente, *Geografía del seseo gallego*, em *Filologia*, III, 1951, Pgs, 84-95, *La frontera de la geadá*, em *Homenaje a Fritz Krüger*, I, Mendoza, 1952, pgs. 57-72, *De geografía dialectal: -ao, -an, en gallego*, em *Nueva Revista de Filología Hispánica*, VII, 1953, pgs. 73-80, *Los*

*grupos -uit-, -oit-, en gallego moderno, su repartición geográfica*, em, *Boletim de Filologia*, XXI, 1962-1963, pgs. 57-68,

(6) José Leite de Vasconcellos, *Mappa dialectológico do Continente Português...* precedido de uma classificação summaria das línguas por. A. R. Gonçalves Vianna, Lisboa, 1897.

(7) J. Leite de Vasconcellos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris (Faculté des Lettres), Paris-Lisboa, 1901. (Recentemente, em Lisboa, 1970, publicou-se uma 2.<sup>a</sup> edição «com aditamentos e correcções do Autor, preparada com base no exemplar conservado no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos, por M. A. Valle Cintra». Constitui o vol. I das Publicações do Atlas Etnográfico-Linguístico de Portugal e da Galiza).

(8) Note-se que esta observação se aplica fundamentalmente ao que se podia observar em 1953-1954 e creio que até 1960. A partir de então, começou a exercer-se ou a intensificar-se a acção de certo número de factores novos: deu-se, por exemplo, a progressiva extensão do alcance e da influência da televisão e aumentou extraordinariamente a intensidade do fenómeno da emigração para países da Europa (com o início do retomo temporário ou definitivo de alguns emigrantes); generalizou-se o afastamento da região de origem, ou de regiões próximas, da maioria dos jovens do sexo masculino, durante um serviço militar prolongado por 4 anos e em grande parte prestado em África. São factores cuja repercussão no domínio da nivelação linguística ainda está por estudar.

(9) Na 2.<sup>a</sup> edição, pgs. 27-29. O mapa de Portugal que acompanha a primeira edição e aparece, melhorado, na 2.<sup>a</sup> limita-se a localizar as regiões ou povoações a que o autor faz referência.

(10) José Leite de Vasconcellos, *Opúsculos*. IV, *Filologia* (Parte II), Coimbra 1929, pgs. 791-796.

(11) V. Manuel de Paiva Boléo, *O estudo dos falares portugueses antigos e modernos e sua contribuição para a história da língua*, em III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, *Actas*, II, Lisboa, 1960, pgs. 418-428 (especialmente 424 a 428).

(12) Trata-se do trabalho a que já se aludiu na nota 1: Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, o «*Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental*» em *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (31 de Março-4 de Abril de 1959), III (= *Boletim de Filologia* XX, 1961), [1962], pgs. 85-112 (acompanhado de 4 mapas, o 2.<sup>o</sup> e o 3.<sup>o</sup> dos quais são reprodução, em alguns casos retocada e melhorada na apresentação, dos mapas de Leite de Vasconcelos de 1897 e de 1929).

(13) Pilar Vázquez Cuesta – Maria Albertina Mendes da Luz *Gramática Portuguesa*. Segunda edición aumentada, Madrid 1961 pgs. 43-76. Trata-se de uma parte do sector da Introdução desta *Gramática* (de que se prevê para breve uma 3.<sup>a</sup> edição melhorada) intitulado «Nociones de geografia de la lengua portuguesa», sector que constitui, sem dúvida, no momento presente e apesar da sua extensão naturalmente limitada, a visão de conjunto do panorama dialectal português mais completa e actualizada a que é possível recorrer, do mesmo modo que o sector «Nociones de historia de la lengua» é uma boa exposição sumária do que de essencial se pode dizer, presentemente, sobre essa outra matéria.

(14) Publicado no *Boletim de Filologia*, XII, 1951, pgs. 1-44 (com 8 mapas de isoglossas, traçadas com base em materiais do ILB),

(15) Trata-se do trabalho *Alguns estudos de fonética...* já citado atrás, na nota 3 deste artigo.

(16) V., atrás, a lista destes trabalhos incluída na nota 5.

(17) V. J. Leite de Vasconcelos, *Mapa Dialectológico*, 1897, pg. 15 (col. 2). A classificação encontra-se na pg. 16 e, principalmente, no mapa, ali onde se explicam as convenções usadas na sua elaboração.

(18) *Ibid.*, pg. 15 (col. 1).

(19) V. *Opúsculos*, IV, pgs.. 794-795.

(20) *Ibid.*, pg. 793. Vale a pena recordar aqui algumas frases finais desta reedição do comentário ao mapa dialectológico, em que Leite de Vasconcelos revela a perfeita consciência que ele próprio tinha dos limites e defeitos da sua proposta: «... convém também notar que as variações dialectais não coincidem de forma exacta e absoluta com as divisões territoriais, de modo que, quando se diz, por exemplo, *dialecto beirão*, ou *subdialecto alentejano*, não possa haver fenómenos comuns à Beira e ao Alentejo, - o que paralelamente acontece noutras nações; mas é costume adoptar por comodidade nomenclatura, geográfica».

(pg. 795). Quanto ao próprio conceito de *dialecto*, e ao emprego que fazia do termo, escreveu: «Devo igualmente dizer que com a expressão *dialecto* não quero significar um conjunto uniforme, pois, que dentro de cada um desses conjuntos há, como escrevi acima, variações, que aqui não especifico, por ser isso agora descabido» (pg. 796).

(21) V., por exemplo, a extensa discussão sobre o significado a atribuir às palavras *dialecto* e *falar* no artigo *Brasileirismos. Problemas de método*, em *Brasília*, III, 1946, pgs. 3-82 (em especial, pgs. 13-17, § 5).

(22) Pequeno afastamento de que já Leite de Vasconcelos tinha, aliás, uma noção muito clara. São do seu artigo citado extensamente na nota 20 mais as seguintes palavras: «Convém... notar que, exceptuando os idiomas raianos (mirandês, riodonorês, quadramilês) e os dialectos crioulos, os nossos falares populares não se diferenciam muito profundamente entre si a ponto de as diferenças obstarem a que sejam sempre em geral entendidos no seu conjunto, embora difiram essencialmente» (pg. 795).

(23) Sobre as relações entre o mirandês, o riodonorês e o quadramilês e os outros dialectos leoneses, v., agora, principalmente: a) o artigo básico, fundamental, de Ramón Menéndez Pidal, *El Dialecto Leonés*, publicado na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* em 1906 e recentemente reeditado, juntamente com as *Notas acerca del bable de Lena*, de 1897, por Carmen Bobes, Oviedo 1962. (A reedição inclui um mapa de isoglossas que não faz parte da 1.ª edição e só em 1954 se tinha publicado na revista *Archivum*, IV); b) o excelente livro de Alonso Zamora Vicente, *Dialectología Española*, 2.ª edição, Madrid 1967, capítulo sobre o leonés, pgs, 84 e segs.; c) o livro de Maria José de Moura Santos, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, Coimbra 1967 (Separata da *RPF*, XII, XIII e XIV).

(24) Sobre o *barranquenho* pode consultar-se, além do livro Póstumo de José Leite de Vasconcelos, *Filologia Barranquenha*, Lisboa 1955, ampliação do artigo publicado no *BdF*, VI, 1939, pgs. 159-177, obra metodologicamente bastante imperfeita, a esclarecedora recensão crítica de Manuel Alvar incluída no *BdF*, XVI, 1957, Pgs. 370-376. Nela se lê, na pág. 374: «parece acertada la ubicación del barranquenho dentro del habla del Bajo Alentejo, con una fuerte influencia española».

(25) V. o artigo citado, a partir da pg. 94 e até à pg. 104. Conjuguo as afirmações que se encontram no texto, em forma explícita, com os dados que é possível colher no mapa comentado.

(26) *Art. cit.*, pg. 93.

(27) *Ibid.*, pg. 94.

(28) Por exemplo: dos «traços gerais» seleccionados para caracterizar o falar a que os autores chamam «minhoto», dizem-nos eles próprios que o 4.º (ou seja «a ditongação crescente ou decrescente que é desconhecida do português normal» em [bwolus] por *bolos*, [pwartu] por *Porto*, [pwoço] por *poço*) e o 5.º (isto é, «a passagem de *a* a *e*: *bureco*, *bacalheu*, *pestenas*») não são comuns a toda a zona (pg. 95). (A respeito de ambos os fenómenos, Maria Helena Santos Silva, no artigo *Características fonéticas do falar minhoto*, publicado no *Boletim de Filologia*, XX, 1961 [1962], pgs. 309-321, que constitui uma espécie de apêndice a *O Mapa dos Dialectos e Falares*, indicou escrupulosamente a origem dos exemplos citados no primeiro trabalho, ampliando por vezes a documentação; v. pgs. 313, para a ditongação de *o*, e 309-310, para a >e).

Convém notar, quanto ao 4.º traço, que só a «ditongação crescente» do *e* e do *o* orais ou nasais, deveria ter sido mencionada e não como fenómeno só «minhoto»: registei-o em boa parte do ocidente de Trás-os-Montes, pelo menos até ao vale do Corgo. Nem o mapa, nem a menção das características do transmontano ocidental (pg. 97) registam este facto. Das duas formas [man6wda] e [nat6wl] recolhidas em Felgueiras e citadas como exemplos de ditongação decrescente, só a primeira, e com dúvidas, se deveria ter citado como caso esporádico de ditongação de um *a* fortemente velarizado. Quanto à segunda, [nat6wl] por *Natal*, ela é evidentemente o resultado da vocalização da primeira parte da articulação do *l* implosivo, cujas características próprias de consoante lateral não deixaram, no entanto, de se manter na parte final da articulação; deve-se, portanto, ver nela o produto da formação de um ditongo com base no fenómeno da vocalização de uma consoante lateral, precedido de uma fase de diferenciação, fenómeno frequente que se fixou em diversos falares do minhoto setentrional e central. Estranha-se ver este resultado incluído na exemplificação dos «traços gerais» do minhoto, enquanto outro, que não passa de uma sua variante, *-l* implosivo > *-ul* > *-ur*, aparece como «traço particular» para caracterizar o minhoto central (traço 2 na pg. 96: [6wrtu], [kawrdu], [siwrba], por *alto*, *caldo*, *silva*), e a total vocalização do *l* implosivo em *w* sem deixar vestígios da consoante, surge apontada como traço secundário também, caracterizador do alto-minhoto ([manuew], [mew], [k6wsas]) por *Manuel*, *mel* e *calças*, pg. 96, onde, além disso, é limitado quanto à posição, à posição imediatamente posterior a *e* e a *a*, quando a verdade é que se dá depois de qualquer vogal excepto *u*). Além disso, o traço «geral» 5 do minhoto - aparecimento de *e* aberto, correspondendo ao *a* tónico aberto do português-padrão, só nas palavras *bacalheu* e *bureco* (e por vezes em *pestenas*), e não, de um modo geral, nas palavras com *a* tónico aberto (um traço «geral», que, depois de ter sido apresentado como tal na pg. 95, se encontra novamente citado, na pg. 96, como traço secundário «principalmente» característico do minhoto central) é um fenómeno que se regista esporadicamente em regiões muito afastadas do Minho: quanto à forma *bacalheu*, apontam os próprios autores a sua presença no Algarve e em algumas povoações do Baixo-Alentejo (pg. 102, traço 1 do subfalar algarvio) e recordo-me, sem poder ser neste momento mais preciso, de a ter ouvido e recolhido durante os meus inquéritos para o ALPI noutras zonas do litoral. É muito fácil, naturalmente, explicar esta forma como caso isolado de assimilação da tónica à palatal com que está em contacto. Parece-me evidente que de forma alguma este fenómeno esporádico deveria ter sido seleccionado para distinguir o minhoto. Quanto aos traços 2 e 3, ou seja, - a ditongação da vogal tónica nasal final - *ã* e aquilo que se considera «manutenção de uma pronúncia antiga *-om* em vez do ditongo nasal *-ão*» - trata-se, sem dúvida, se tivermos em conta outras variantes de realização do final *-õ*, de traços bem escolhidos para caracterizar uma zona dos falares setentrionais. Mas esta não é exclusiva ou tipicamente minhota.

Além disso, é preciso prevenir que os dois traços devem ser considerados em conjunto, para poder ser apontados como distintivos dos falares desta região setentrional: isoladamente encontramos *-ão*, em lugar de *-ã* do português-padrão, também em falares meridionais, como os próprios autores do artigo indicam, ao registar «*-ã* > *-ão*», como «traço secundário» próprio de «uma zona do Baixo-Alentejo» (pg. 102) e do «sub-falar algarvio» (v. 2 na pg. 102) e como traço distintivo de «algumas localidades» do *subfalar de Castelo Branco* (p. 100). O traço 3 estaria, aliás, mais correctamente descrito como: «*-õ*, nos casos em que em português antigo aparecia não só *-õ*, como *-ão* e, por vezes *-ã*», tanto mais que os exemplos aduzidos são apenas: [põ], port. ant. *pã* ou *pam* e [irmõ] port. ant. e mod. *irmão*. No que se refere ao traço numerado 1) «abertura da vogal tónica nasal [ã]» efectivamente importante para caracterizar os falares minhotos, mas de que me parece difícil traçar com precisão o limite, conviria aludir ao carácter velarizado, e não apenas aberto, do *ã* nasal, e eliminar a referência à sua «semi-oralidade», que na realidade não me parece existir. (Aliás, M. Helena Santos Silva, no artigo atrás citado, já se refere com mais exactidão à «pronúncia do *a* nasal ou nasalizado como vogal aberta e velarizada», pg. 311, acrescentando uma alusão à ditongação em *ãu* que se observa em alguns pontos).

Observações análogas se poderiam fazer à selecção pelos autores de «traços gerais» para definir cada um dos outros falares portugueses. Mas não é este evidentemente o lugar para nos determos em observações críticas pormenorizadas a cada uma das várias listas incluídas no artigo, o que alongaria exageradamente este trabalho.

(29) Não creio, por exemplo, que seja possível deixar de ter em conta, numa classificação dos dialectos portugueses, a presença ou ausência do [s<sup>a</sup>] e do [z<sup>a</sup>] ápicoalveolares ou reversos, também chamados, embora impropriamente, «beirões» - traço cujo valor distintivo é reconhecido por todos os foneticistas portugueses (v., por exemplo, A. R. Gonçalves Viana, *Exposição da pronúncia normal portuguesa*, Lisboa 1892, pg. 47 e 48 e também 91-92 ou *Essai de phonétique et de phonologie de la langue Portugaise*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa 1944, pgs. 30-31 e R. de Sã Nogueira, *Elementos para um tratado de fonética portuguesa*, Lisboa 1938, pgs. 44-49). É descrito com o maior relevo, como não podia deixar de acontecer, por Leite de Vasconcelos na *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.<sup>a</sup> ed., pgs. 123-128, e, o que ainda me parece mais importante, é sentido como tal por qualquer falante integrado na norma-padrão. Puseram-no, no entanto, de parte os autores do artigo que comentamos (pg. 95) dando, como justificação, apenas a «confusão que se verifica nalgumas regiões e que já existia no séc. XVII» (pgs. 95-96). A verdade é que não existe qualquer confusão, no que diz respeito à articulação ápicoalveolar (reversa) ou à articulação predorsodental do *s* e do *z* a não ser em falantes semicultos, ou até mesmo cultos, nascidos numa zona em que estas sibilantes são ápicoalveolares, e que se esforçam por articulá-las de acordo com a pronúncia padrão predorsodental. Quererão os autores, como parece implicar a alusão ao fenómeno como já existente no séc. XVII, referir-se à confusão (melhor seria falar em neutralização da antiga oposição fonológica) entre [s<sup>a</sup>] ápico-alveolar (correspondente a *s* inicial e final e *ss* interior, da grafia corrente) e [s] predorsodental (correspondente a *c*, antes de *e* ou *i*, ou a *ç*, antes de *a*, *o*, *u*, da grafia), entre [z<sup>a</sup>] ápicoalveolar (correspondente ao *s* intervocálico da grafia) e [z] predorsodental (correspondente ao *z* da grafia) - neutralização que, aliás, se começa a documentar, para certas regiões, muito antes do séc. XVII, já nos fins do séc XIII (v. L. F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII<sup>e</sup> siècle em Apport de anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen-Age*, (=RliR, XXVII), Paris 1963,

págs 72-75)? Mas essa é outra questão – embora intimamente relacionada com a primeira: na zona em que o [s] e o [z] são predorsodentais, há sempre «confusão» (em ápticoalveolar) – por exemplo, a maior parte das Beiras -, daquela em que ainda hoje não «confusão», em que *passo* se distingue de *paço*, e *coser* de *cozer*. É a esta última, e só ela, que alude Gonçalves Viana corresponde no passo do *Essai de phonétique* que atrás citei e a que os autores aludem na nota da pg. 95 e que interpretam como se se referisse a toda a zona do *s* e *z* reversos. Ao contrário do que afirmam na nota 24, pg. 95 *in fine*, a descrição de Gonçalves Viana corresponde com bastante exactidão à verdade. Afirma que a distinção entre *s* e *ç* e entre *s* (isto é, *s* reverso sonoro) e *z* (e não, como interpretam os autores «à extensão deste fonema, tanto do surdo como do sonoro», isto é, do *s* e do *z* reversos) só existe na «province de Trás-os-Montes» e em «quelques endroits du Minho». Só teremos a acrescentar uma zona limitada da Beira Alta para obter aquilo que é, ainda hoje, a zona de «não confusão» total (v. *Essai de phonétique*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 30). (Sobre a área actual, pode consultar-se a nota que incluí a este respeito em *Alguns estudos de fonética...* Rio de Janeiro 1958, pgs. 190-191 e o que adiante se diz no texto deste artigo).

Apesar de não desejar alongar ainda mais esta nota, não posso deixar de estranhar ainda a ausência, na caracterização do *falar de Castelo Branco e Portalegre*, de qualquer referência no que é talvez o seu «traço geral» mais típico, para qualquer «pessoa alheia a estudos filológicos», traço que é, por outro lado, também de grande importância para qualquer dialectólogo: a articulação palatalizada do *u* tónico (e por vezes também do átono) que o aproxima do *u* norueguês, sueco e, em menor grau do *ü* francês (v. art. cit. pg. 100). É um fenómeno de que teremos de nos ocupar mais adiante no texto neste artigo. No que se refere a esse mesmo *falar de Castelo Branco e Portalegre*, está em compensação mencionada a palatalização do *a* tónico; mas, infelizmente, falta a indicação do condicionamento hoje bem conhecido dessa palatalização. Como se sabe, ela só se observa em contacto com consoante palatal ou em sílaba tónica precedida de sílaba átona em que existe ou existiu uma das vogais ou semivogais *i* e *u* (v, sobretudo, Damaso Alonso y Valentin Garcia Yebra, *El gallego-leonés de Ancores y su interés para la dialectología gallego-portuguesa*, em *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XLVIII, 1961, pgs. 72-77 e *La fragmentación fonética peninsular em Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo 1, Suplemento, Madrid 1962, pgs. 149-154, e, por ordem de datas (só citando os trabalhos em que as condições da palatalização são indicadas), Maria Eduarda Correiro, *Monografia de Nisa* (dissertação dactilografada), Lisboa 1948, pgs. 2-5, Helmut Lüdtke, *Beiträge zur Lautlehre portugiesischer Mundarten*, em *Miscelânea-homenaje a André Martinet. Estructuralismo e historia*, I, La Laguna 1957, pg. 108 e Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Monsanto* (dissertação dactilografada, 1955), impressa em Lisboa 1961, pgs. 103-105. V., também neste caso, adiante, o texto deste artigo.

(30) Faltam, por exemplo, os traços que serviram de base ao isolamento das diversas «variedades» registadas no mapa. Faltam também, os de vários subfalares (por ex.º: os do *baixo-minhoto*, pg. 97, ou os que deviam fundamentar a distinção entre o *estremenho*, o *alto-alentejano* e o *baixo-alentejano*, pgs. 100-101-102).

(31) Como exemplo, podemos apontar os traços que deviam servir para caracterizar o *beirão ocidental*: 1) «passagem de -e~ a -ã-»: também registado para o transmontano ocidental, pg. 97; 2) «passagem do -e- a -a-»: igualmente apontado para o transmontano ocidental, pg. 97; 3) «abertura da vogal *o* antes de nasal»: registada como «traço geral» do transmontano, na pg. 97. Ou ainda os que deviam servir para a caracterização do *algarvio* (pgs. 102-103): 1) «*a* > *e*», principalmente na palavra *bacalheu*» (v. atrás, a nota 28); 2) «-ã > -ão» (v, atrás a nota 28, no que se refere ao

minhoto); 3) «-o > -e» ou «apócope do -o» (isto é, enfraquecimento e redução a uma vogal neutra ou queda do -u final): fenómeno também registado, embora de forma imperfeita nas referências ao *falar de Castelo Branco e Portalegre* (pg. 100): «o -o final passa com frequência a -e» nos «traços gerais», e, nas alusões ao *subfalar de Portalegre*, [trevã] como exemplo de «descuido de pronúncia na sílaba final» (expressão pouco feliz que também se encontra, com poucas variantes, aplicada ao algarvio sob o n.º 8: «muito característica do Algarve é a pronúncia descuidada, quase imperceptível, da sílaba átona de algumas palavras. É o caso de [médik] 'médico'... ») (pg. 103); 4) e~> ã: fenómeno que os próprios autores declaram observar-se «nalgumas povoações do Baixo Alentejo» e antes registaram como traço distintivo do transmontano ocidental (pg. 97), do beirão ocidental (pg. 98) e do falar de Aveiro (pg. 99).

(32) Um caso típico é o do «ditongo *ei* pronunciado como [ei] e não [6i] da pronúncia normal», que, sendo característica de uma região extensíssima dentro da área de não monotongação, só aparece registado como traço típico da região de Aveiro.

(33) O exemplo mais impressionante é, possivelmente, ainda uma vez, o da articulação do *u* como *ü* (já considerada na nota 29 como «traço geral») e que, sendo uma característica fundamental que separa nitidamente o Barlavento do Sotavento algarvio é apenas imprecisa e timidamente mencionada, na pg. 102, sob a forma: «Sobretudo na linguagem de Barlavento... a vogal *u* é pronunciada com uma tonalidade que a aproxima vagamente do *u* francês.» (Estranha-se, em todo o caso, que as informações fornecidas pelo ILB não tivessem neste caso sido rectificadas com base em trabalhos recentes como, por ex.º, o de G. Hammarström, *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l' Algarve*, Uppsala 1953, ou a dissertação e os *Beiträge* de Helmut Lüdtke de que voltarei a falar adiante na nota 60 deste trabalho). Outro exemplo impressionante é o da falta de dados sobre a ditongação de e~ tónico interior - no Baixo-Alentejo e no sudoeste de Trás-os-Montes (até Vila Real), um dos traços fonéticos sem dúvida mais regulares e característicos na região. No artigo, ele só aparece registado no subfalar de Castelo Branco (pg., 100) e no Alentejo (pgs. 101-102), regiões onde é certo que se observa, mas só de forma esporádica. (V., no entanto, a este respeito, o que já regista Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, 2.ª ed., pg. 81, § 44 m).

(34) Pgs. 43-76.

(35) Pgs. 43-59.

(36) Pgs. 60-76.

(36<sup>bis</sup>) Falares a que aludira Aurelio M. Espinosa, hijo, no seu livro *Arcaismos Dialectales*, Madrid 1935, e foram, não há muito, cuidadosamente descritos por Maria da Conceição Vilhena, em *Falares de Herrera e Cedillo*. Diss. policopiada. Lisboa 1965.

(37) V. pgs. 44-45.

(38) Refiro-me, por exemplo, a certas referências insistentes à «região de Ovar» (v. pg. 47, pg. 50, 2 vezes, 51), ou isoladas a «Mértola» (v. pg. 49) ou a «Guimarães» - para o sufixo *-ico* (pg. 55). Os factos registados foram observados efectivamente nessas localidades, mas estão, longe de constituir uma particularidade local.

(39) V., atrás, pg. 92.

(40) Na minha proposta, deliberadamente, não acompanho Paiva Boléo no hábito (que difundiu em Portugal) de não empregar *dialecto* senão para variedades que se afastem muito profundamente umas das outras ou da língua padrão e de usar *falar* ou *variedade* para as que apresentem um menor grau de afastamento (v., atrás, nota 21). Tratando-se de noções relativas e sendo muito difícil encontrar um critério objectivo para indicar onde acaba aquilo a que se pode chamar *falar* e começa aquilo a que se



pode chamar *dialecto*, prefiro seguir o costume bastante corrente (e que, em Portugal, já era o de Leite de Vasconcelos) de chamar *dialecto* a toda e qualquer variedade regional de uma língua, seja qual for o seu grau de afastamento em relação ao padrão. É este sentido que dá a *dialecto* o recente e seguro *Dicionário de Filologia e Gramática* de Joaquim Mattoso Câmara Jr., publicado no Rio e S. Paulo em 1964: «Do ponto de vista puramente linguístico os dialectos são línguas regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais. Cada dialecto não oferece, por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território porque se estende, e pode dividir-se em *subdialectos*, quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território.» E exemplifica, no caso português, acrescentando: «podemos dividir a língua portuguesa em dois grandes dialectos, correspondentes a nações distintas: o lusitano, ou português europeu, em Portugal; o brasileiro, ou português americano, no Brasil. Para cada uma dessas nações há, por sua vez, uma divisão em dialectos menores e subdialectos que leva em conta as condições extralinguísticas» e, a seguir cita a divisão, efectivamente mais geográfica que linguística, de Leite de Vasconcelos, mas, acerca do mirandês, afirma que «é uma língua distinta, pois... se caracteriza por traços fonológicos e morfológicos fundamentais próprios, como evolução de um enclave do romanche leonês em Portugal» (pgs. 109-110). Também F. Lazaro Carreter define *dialecto* simplesmente como «modalidad adoptada por una lengua en un cierto territorio, dentro del cual está limitada por una serie de isoglossas. La abundancia de éstas determina una mayor individualidad del dialecto» (*Diccionario de términos filológicos*, Madrid 1953, s, v.). A distinção praticada por Paiva Boléo não é regularmente adoptada pelas escolas linguísticas espanhola e catalã (v., entre tantos exemplos que se poderiam citar, a obra de A. Badía Margarit, *Gramática histórica catalana*, Barcelona 1951, pgs. 67-80, onde só se fala de *dialectos* e *subdialectos*).

(41) V. a selecção dos traços fonéticos diferenciadores em *Bdf*, XII, 1951, pgs. 7-9.

(42) V., a este respeito, as páginas 153-154 da 1.<sup>a</sup> edição da *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (2.<sup>a</sup> edição, pgs. 127-128), páginas de uma penetração e de uma lucidez verdadeiramente extraordinárias. Quanto aos traços individualizadores do galego, v. na 1.<sup>a</sup> ed. as págs. 197-198 (na 2.<sup>a</sup>, pgs. 163-164).

(43) V. as já acima citadas, pgs. 7-9 de *Dialectologia e história da língua*, no *BdF*, XII, 1951 e os mapas de isoglossas incluídos no fim do artigo.

(44) Creio que vale a pena reproduzir as próprias palavras de Menéndez Pidal, que revelam a importância atribuída pelo grande hispanista à delimitação da área de *s* ápticoalveolar, palatalizado (*s* beirão), e dentro dela à da manutenção da distinção entre as sibilantes *s* e *c<sup>e,i</sup>* ou *ç* (e *-s-* intervocálico e *z*), por oposição ao que chama «seseio», isto é, à confusão de *s* com *c*, *ç*, e de *-s-* com *-z-*, (*s* e *z* quer ápticoalveolares quer predorsodontais): «Peço-lhe que me ajude a aclarar dois pontos de fonética que desejo precisar: um é a extensão geográfica do *s* côncavo ou «chiado», quase *x*, que na *Revista Lusitana*, vol. 36, pg. 314, se diz começar desde Pombal para o norte. *Muito desejava poder assinalar com precisão o limite meridional de tal s.* - O segundo ponto é a extensão da diferença de pronúncia entre *s* e *ç* (*passo-paço*) nos dialectos da Beira ocidental, noroeste de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Desejaria traçar um limite aproximado entre a distinção de *s* e *z*, e a confusão ou «seseio» corrente no resto de Portugal.» (*Bdf*, XII, pgs. 7-8). (O sublinhado é meu).

(45) *Obra cit*, pg. 35.

(46) V. J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, vol. III, Lisboa 1941, pgs. 3-4.

(47) *Gramática Histórica Catalana*, Barcelona 1951, pg. 70.

(48) Já no meu artigo *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica*, de 1958, na pg. 190, mencionei as ilhotas deste tipo que se nos depararam ao realizar os inquéritos para o ALPI (Apúlia, conc. de Esposende, Balugães, conc. de Barcelos, Carrazedo de Montenegro, conc. de Valpaços, e Vila Nova de Fozcoa). Estão aliás muito longe de ser as únicas localidades em que se introduziu o «seseio» em *s* predorsodental, a que melhor seria chamar *cezeio* ou *çezeio*, para evitar qualquer espécie de confusão possível com o *ceceo*, em [T] interdental, do espanhol meridional, e para recordar que a confusão entre *c* e *s* não é acompanhada de ensurdecimento da fricativa sonora (de acordo com Diego Catalán, *El çeçeo-zezeo al comenzar la expansión atlántica de Castilla em Bdf*, XVI, 1956-1957, pgs. 306-334). Sobre o *çeçeo* (neste caso com ensurdecimento da sonora) na costa galega, v. A. Zamora Vicente, *Geografía del seseo gallego em Filologia*, III, 1951.

(49) V., para começar, o mapa que acompanha todas as mais recentes edições do *Manual de Gramática Histórica* de R. Menéndez Pidal . («Espanña Dialectal») e, entre tantos trabalhos que se poderiam citar, por exemplo, a *Historia de la Lengua Española* de Rafael Lapesa, 4.<sup>a</sup> ed., Madrid 1959, pgs. 325-328, e mapa («El Andaluz»), entre as pgs. 310-311, ou a *Dialectología Española* de A. Zamora Vicente, 2.<sup>a</sup> ed., Madrid 1967, pgs. 287-289 é mapa intercalado entre as pgs. 288-289 (XX-«La *s* andaluza») e pgs. 299-309.

(50) Para esta parte da fronteira, considerada em pormenor, pode consultar-se o mapa que acompanha a nova edição de *El dialecto leonés* de R. Menéndez Pidal, Oviedo 1962 (entre as pgs. 152 e 153).

(51) Entre os pontos do ALPI 243 (Famalicão, conc. de Anadia) e 240 (Eiras de Castelões, conc. de Tondela), 248 (Arganil) e 234 (São Romão, conc. de Seia), 253 (Oleiros) e 250 (Ourondo, conc. da Covilhã), 252 (Alcains, conc. de Castelo Branco) e 251 (Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova). Cito o Rosmaninhal (conc. de Idanha-a-Nova) por ter sido outro dos pontos do inquérito (254).

(52) V. *La frontera la geada*, em *Homenaje a F. Krüger*, I, Mendoza 1952, pgs. 56-72 (especialmente, pgs. 63-65).

(53) Reportando-nos aos pontos do ALPI, podemos dizer que passa a sul dos pontos 200 (Paderne, conc. de Melgaço), 201 (Insalde, conc. de Paredes de Coura) e 204 (Tamente, conc. de Ponte da Barca), ao norte do ponto 205 (Salamonde, conc. de Vieira do Minho) e a sul do 217 (Montalegre), a oeste do 219 (Vilarinho de Samardã, conc. de Vila Real), imediatamente ao norte dos pontos 235 (S. João da Pesqueira) e 229 (Vila Nova de Fozcoa), a leste do ponto 230 (Quinta Nova, conc. de Pinhel) e a norte do 232 (Vilar Formoso, conc. de Almeida).

(54) Como pontos incluídos no interior, dessa área, teremos o 206 (Balugães, conc. de Barcelos), 207 (Apúlia, conc. de Esposende), 208 (Vila do Conde), 209 (Brito, conc. de Guimarães), 213 (Santo Tirso), 214 (Nevogilde, conc. de Lousada), 216 (Paço de Rei, conc. de Gaia), 215 (Gondar, conc. de Amarante), 219 (Vilarinho de Samardã, conc. de Vila Real), 210 (Fafe).

(55) Utilizando, como o temos feito nos casos anteriores, os vários pontos do ALPI, vemos que a fronteira acabada de citar passa, a partir do litoral, entre os pontos 258 (Atouguia da Baleia, conc. de Peniche) e 257 (Mendiga, conc. de Porto de Más), os pontos 272 (Sobreiro, conc. de Mafra), 274 (Almargera, conc. de Sintra), 275 (Alcabideche, conc. de Cascais), que ficam situados ao sul, e 273 (Povos, conc. de Vila Franca de Xira), 263 (Cartaxo), 261 (Lapas, conc. de Torres Novas), 260 (Ferreira do Zêzere) e 253 (Oleiros) a leste, enquanto 262 (Rio Maior) e 259 (Espite, conc. de Vila Nova de Ourém), 247 (Chainça, conc. de Penela) e 248 (Arganil) se encontram na zona de conservação do ditongo e portanto a oeste ou norte do limite. A fronteira cruza-se

com a que escolhemos como limite entre os dialectos setentrional e o meridional entre os pontos 248 (Arganil) e 250 (Ourondo, conc. da Covilhã). Para leste deste cruzamento há uma zona de monotongação de *ei* situada ao norte do limite meridional do [s<sup>a</sup>] ápicoalveolar e que abrange os pontos 251 (Ourondo), 249 (Belmonte) e 251 (Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova), o que cria evidentemente um problema de limites de difícil resolução. Parece preferível aceitar convencionalmente que, apesar de certas características meridionais, essa região, onde o *s* é de tipo «beirão», pertence ao grupo de dialectos do Norte, embora formando uma zona de transição. Aliás, por parte desta zona, corno veremos, se estendem também alguns dos traços que distinguem a variedade da Beira-Baixa e Alto-Alentejo, meridional quanto à maior parte da sua área. A propósito da fronteira entre a área de monotongação e de não monotongação de *ei*, vale a pena fazer aqui uma alusão à situação muito curiosa que observámos em Vieira de Leiria (ponto 255) que se encontra próximo da costa, um pouco ao norte daquilo que considerámos o limite da zona de monotongação (em Pataias, conc. de Alcobaça, ponto 256, ela já não se observa). A esta localidade está anexa a Praia de Vieira de onde a população emigra (ou emigrava) temporariamente, todos os anos, para o Ribatejo, à procura de trabalho, na época em que não é possível ir ao mar com os barcos de que dispõe. Constitui, como se sabe, na zona para onde emigra, a base da população conhecida pelo nome de *avieiros* que dá o título a um dos romances de Alves Redol. É talvez devido a esse contacto temporário que o fenómeno da monotongação, geral no Ribatejo, penetrou na Praia de Vieira (onde todos os informadores que pude ouvir a praticam) e, parcialmente, na povoação de Vieira de Leiria, onde só parte dos informadores (em 1953) a exemplificavam. Um breve inquérito feito nos arredores, a sul (S. Pedro de Moel, Marinha Grande), e poucos quilómetros a leste e a norte da povoação revelou-me, por toda a parte, a persistência do ditongo *e*, portanto, o carácter de ilhota que tem neste aspecto a pequena zona de Vieira e da Praia respectiva.

(56) Os pontos onde observámos a palatalização, mais ou menos acentuada do *u* são: 269 (Reguengo, conc. de Portalegre), 267 (Belver, conc. de Mação), 266 (Montalvão, conc. de Nisa, muito acentuada; poderia, indicar-se como centro da região), 252 (Alcains, conc. de Castelo Branco), 251 (Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova), 253 (Oleiros), 250 (Ourondo, conc. da Covilhã). Curiosamente *ü* já não se regista no Rosmaninhal, conc. de Idanha-a-Nova, junto da fronteira com Espanha (ponto 254); julguei preferível não considerar este facto no mapa. Mas é provável que num mapa mais pormenorizado se tenha de suprimir uma zona vizinha da fronteira (assim como nela se não pode incluir o conjunto dos dialectos galego-portugueses de Eljas, Valverde e S. Martin de Trevejo). O fenómeno da palatalização, assim como as outras alterações do sistema vocálico, são totalmente desconhecidos dos dialectos espanhóis que se encontram do outro lado da raia.

(57) É este o condicionamento agora bem conhecido a que já se fez referência atrás, na nota 29.

(58) Sobre este conjunto de fenómenos e a possibilidade de dar, da alteração, uma interpretação de tipo estruturalista, v. principalmente Helmut Lüdtke, *Die strukturelle Entwicklung des romanischen Vokalismus* (dissertação apresentada em 1952 e publicada em:) Bonn 1956, pgs. 197-199, e *Beiträge zur Lautlehre Portugiesischer Mundarten*, em *Miscelânea-homenaje a André Martinet*, I, La Laguna 1957, pgs. 106-110 (*Die Vokalsysteme des Alto Alentejo und der Beira Baixa*). Nestes trabalhos e sobretudo no segundo, afirma Lüdtke ter observado, em 1951, estas alterações, de forma mais ou menos fixada, nos lugares seguintes: Fundão, Lardosa, Castelo Branco, Monsanto, Idanha-a-Nova, Nisa, Montalvão, Beirã, Marvão, Castelo de Vide, Alagoa, Alpalhão, Alter do Chão, Gavião, Belver, Ortiga, Vila de Rei (pg. 107). No seu artigo, distingue

vários dos sistemas tónicos a que a transformação nos seus vários graus dá origem e ocupa-se da queda das vogais finais *-u*, *-i* (ou *-e*), outro dos fenómenos mais típicos desta região, mas cujos limites não coincidem perfeitamente com os dos primeiros.

(59) No ALPI, só nos pontos 291 (Sagres, conc. de Vila do Bispo) e 290 (Marmeleite, conc. de Monchique) é que o fenómeno foi registado. Mas a rede de lugares investigados, neste caso ainda mais do que nos anteriores, é nitidamente insuficiente para uma delimitação rigorosa. É esta uma observação de conjunto que não queria deixar de fazer antes de terminar este trabalho e que abrange todos os exemplos de utilização da rede de pontos do Atlas que se encontram em nota. Só como indicações, úteis como base para um conspecto geral como o que aqui se tentou, mas não suficientes para um traçado rigoroso de fronteiras, as informações fornecidas pelo ALPI se podem aproveitar. Seria necessário -e espero poder em alguns casos fazê-lo - com base nelas, lançar-se ao estudo pormenorizado das várias fronteiras dialectais apontadas, estudo que exigirá percorrer as zonas agora indicadas em termos muito genéricos e fazer, quase aldeia por aldeia, inquéritos centrados nos fenómenos a delimitar. O *Atlas Etnográfico-Linguístico de Portugal e da Galiza*, em elaboração, permitirá sem dúvida ir mais longe, dada a rede mais apertada de lugares a investigar que se prevê. Mas ainda assim não poderá nunca substituir os estudos especiais incidindo sobre cada fronteira, que podem tomar como guia o trabalho já antigo mas modelar de T. Navarro Tomás, Aurelio Espinosa (hijo) e L. Rodríguez Castellano, *La frontera del andaluz* em *RFE*, XX, 1933, pgs. 225-277.

No que se refere a este ponto concreto da delimitação do subdialecto do Barlavento, há no entanto desde já uma fonte que, em certa medida, pode suprir as lacunas de informação do ALPI. É o livro de Göran. Hammarström, *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve*. Uppsala 1953. Aí se encontra delimitada a região de *u > ü*, pgs. 146-152 (v. mapa da pg. 147 e respectivo comentário). É, no entanto, uma fonte a manejar com cuidado, por razões metodológicas. Hammarström baseou-se exclusivamente em gravações feitas na companhia do Prof. Armando de Lacerda que nem sempre reúnem condições ideais como ponto de partida. Assim, no que se refere muito precisamente à presença de *u* [palatal], regista-a sem restrições em Alte (que é também um dos pontos explorados para o ALPI), com base só em 3 exemplos. Ora tive a ocasião, graças à amabilidade de Armando de Lacerda, de ouvir em Coimbra a gravação feita em Alte e de verificar que estes exemplos correspondem a textos cantados. É evidente que, dadas as deformações particulares que caracterizam a língua cantada, não podem ser considerados como exemplos definitivos. O meu informador de Alte não me pareceu apresentar qualquer alteração notável na pronúncia do *u* tónico (o que não exclui a hipótese de haver habitantes em que a palatalização apareça em grau pouco sensível, mas que o canto, por exemplo, pode acentuar).

(60) Para a interpretação estrutural daquilo que se observa no vocalismo dos dialectos algarvios, v. ainda uma vez, Helmut Lüdtke, primeiro na sua dissertação, datada de 1952, *Die strukturelle Entwicklung des romanischen Vokalismus*, Bonn 1956, pgs. 199-200, e, depois, no artigo já várias vezes citado *Beiträge zur Lautlehre Portugiesischer Mundarten*, em *Miscelánea-homenaje a Martinet*, I, 1957., Pgs. 95-106. (*Vokalsystem und Metaphonie im Algarve*). V. também o livro de G. Hammarström de 1953, citado na nota anterior, pgs. 160-162.

(61) Cito os traços, não pela sua ordem de importância, mas por aquela em que aparecem mencionados na *Esquisse*, 1.<sup>a</sup> ed., pgs. 153-154 (2.<sup>a</sup> ed., pgs. 127-128).